

**EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE SÃO PAULO****Protocolado SEI n. 29.0001.0250081.2022-76**

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGOS 6º, 8º, 9º E 11 DA LEI COMPLEMENTAR N. 3, DE 15 DE MARÇO DE 2013; LEI COMPLEMENTAR N. 8, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013 E, POR ARRASTAMENTO, DO ART. 7º DA LEI COMPLEMENTAR N. 3, DE 15 DE MARÇO DE 2013, EM SUA REDAÇÃO ORIGINÁRIA, DO MUNICÍPIO DE RIFAINA. FUNÇÃO GRATIFICADA DE “CONTROLADOR INTERNO”. AUSÊNCIA DE ATRIBUIÇÕES. VIOLAÇÃO À RESERVA LEGAL. TECNICIDADE E PROFISSIONALIDADE DA FUNÇÃO EXERCIDA PELO RESPONSÁVEL PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO. IMPOSSIBILIDADE DE INSTITUIÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA EM SENTIDO ESTRITO. EXIGÊNCIA DE POSTOS DE PROVIMENTO EFETIVO. FINALIDADE CONSTITUCIONAL COMPROMETIDA. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 34, § 2º, 1, 35, 111, 115, INCISOS I E II, 128, 144 E 150 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

1. Inconstitucionalidade de dispositivo normativo criador de função de confiança para exercício do Controle Interno sem estabelecer a descrição de suas atribuições. Incompatibilidade com o princípio da reserva legal.

2. As atribuições exercidas pelos servidores do Controle Interno são técnicas, conforme se depreende do art. 35 da Constituição Estadual, que reproduz o art. 74 da Constituição Federal, a exigir a criação de posto de provimento efetivo.

3. A instituição de função gratificada em substituição ao necessário cargo de provimento efetivo compromete a própria finalidade constitucional do Controle Interno, que requer a necessária independência para o exercício do *mister*.

4. Matéria explicitada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 1.264.676/SC e recentemente corroborada pelo Órgão Especial (ADI 2047091-86.2022.8.26.0000, ADI 2245969-88.2021.8.26.0000, ADI 2285202-91.2021.8.26.0000, ADI 2272457-80.2021.8.26.0000, ADI 2283660-39.2021.8.26.0000, ADI 2273979-45.2021.8.26.0000, ADI 2238648-02.2021.8.26.0000 e ADI 2236151-15.2021.8.26.0000).

5. Violação de dispositivos da Constituição Estadual (arts. 24, § 2º, 1, 35, 111, 115, II e V, 144 e 150). Precedentes.

○ **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, no exercício da atribuição prevista no art. 116, VI, da Lei Complementar Estadual nº 734 de 26 de novembro de 1993, e em conformidade com o disposto no art. 125, § 2º, e no art. 129, IV, da Constituição da República, e ainda no art. 74, VI, e no art. 90, III, da Constituição do Estado de São Paulo, com amparo nas informações colhidas nos inclusos protocolados, vem promover a presente **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE** em face dos seguintes preceitos e ato normativo do Município de Rifaina:

a) dos arts. 6º, 8º, 9º e 11 da Lei Complementar n. 3, de 15 de março de 2013;

b) da Lei Complementar n. 8, de 13 de dezembro de 2013;

c) por arrastamento, do art. 7º da Lei Complementar n. 3, de 15 de março de 2013, em sua redação originária, a fim de evitar o efeito repristinatório inerente às ações diretas de inconstitucionalidade, pelos fundamentos a seguir expostos:

I – OS PRECEITOS E ATO NORMATIVOS IMPUGNADOS

A Lei Complementar n. 03, de 15 de março de 2013, que “Dispõe sobre a criação do Sistema de Controle Interno do âmbito do Poder Executivo Municipal

de Rifaina, Estado de São Paulo, e dá outras providências”, **no que interessa**, assim dispõe:

Capítulo II

DO PROVIMENTO DOS CARGOS

Artigo 6º - As funções de Controle Interno deverá ser obrigatoriamente preenchida por servidor efetivo que preencha as qualificações para o exercício, o qual responderá como titular da correspondente Unidade de Controle Interno.

Parágrafo único – O nomeado deverá possuir nível de escolaridade superior e demonstrar conhecimento sobre matéria orçamentária, financeira e contábil, e respectiva legislação vigente, além de dominar os conceitos relacionados ao controle interno e à atividade de auditoria.

Artigo 7º - Fica criada uma Função Gratificada no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao servidor nomeado para o exercício de Controlador Interno.

Capítulo III

DAS NOMEAÇÕES

Artigo 8º - É vedada a indicação e nomeação para o exercício de função ou cargo relacionado com o Sistema de Controle Interno, de pessoas que tenham sido, nos últimos 5 (cinco) anos:

- I – responsabilizadas por atos julgados irregulares, de forma definitiva, pelos Tribunais de Contas;
- II – punidas, por decisão da qual não caiba recurso na esfera administrativa, em processo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público, em qualquer esfera de governo;
- III – condenadas em processo por práticas de crime contra a Administração Pública, capitulado nos Títulos II e XI da Parte

Especial do Código Penal Brasileiro, na Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, ou por ato de improbidade administrativa prevista na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

Capítulo IV

DAS VEDAÇÕES E GARANTIAS

Artigo 9º - Além dos impedimentos capitulados no artigo anterior, é vedado aos servidores com função nas atividades de Controle Interno exercer:

I – atividade político-partidária;

II – patrocinar causa contra a Administração Pública Municipal.

(...)

Artigo 11 – O servidor que exercer funções relacionadas com o Sistema de Controle Interno deverá guardar sigilo sobre dados e informações obtidas em decorrência do exercício de suas atribuições e pertinentes aos assuntos sob sua fiscalização, utilizando-os para elaboração de relatórios e pareceres destinados ao titular da Unidade de Controle Interno, ao titular da unidade administrativa ou entidade na qual se procederam as constatações e ao tribunal de Contas do Estado, se for o caso.

Já a **Lei Complementar n. 8, de 13 de dezembro de 2013**, que “Altera a redação do artigo 7º da Lei Complementar nº 03 de 15 de março de 2013 e dá outras providências”, tem o seguinte teor:

Artigo 1º - O artigo 7º da Lei Complementar n. 03 de 15 de março de 2013 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 7º - Fica criada uma Função Gratificada no valor de R\$ 1.150,00 (um mil cento e cinquenta reais) a ser preenchida por servidor público de carreira, nomeado para o exercício de Controlador Interno”.

Artigo 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua aplicação, revogadas as disposições em sentido contrário, surtindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigentes.

II – O PARÂMETRO DA FISCALIZAÇÃO ABSTRATA DE CONSTITUCIONALIDADE

Os preceitos impugnados contrariam frontalmente a Constituição do Estado de São Paulo, à qual está subordinada a produção normativa municipal ante a previsão dos arts. 1º, 18, 29 e 31 da Constituição Federal.

A incompatibilidade da normativa municipal atacada visualiza-se a partir de seu cotejo com os seguintes dispositivos da Constituição Estadual, aplicáveis aos Municípios por força de seu art. 144:

Artigo 24 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....
§ 2º - Compete, exclusivamente, ao Governador do Estado a iniciativa das leis que disponham sobre:

1 - criação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, bem como a fixação da respectiva remuneração;

.....
Art. 35 - Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle sobre o deferimento de vantagens e a forma de calcular qualquer parcela integrante do subsídio, vencimento ou salário de seus membros ou servidores; (NR)

IV - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado;

V - apoiar o controle externo, no exercício de sua missão institucional.

.....

Artigo 111 – A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, motivação, interesse público e eficiência.

.....

Artigo 115 – Para a organização da administração pública direta ou indireta, inclusive as fundações instituídas ou mantidas por qualquer dos Poderes do Estado, é obrigatório o cumprimento das seguintes normas:

.....

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia, em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em

comissão, declarado em lei, de livre nomeação e exoneração;

.....

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

.....

Artigo 144 – Os Municípios, com autonomia política, legislativa, administrativa e financeira se auto-organizarão por lei orgânica, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição.

(...)

Artigo 150 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e de todas as entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, finalidade, motivação, moralidade, publicidade e interesse público, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno de cada Poder, na forma da respectiva lei orgânica, em conformidade com o disposto no artigo 31 da Constituição Federal.

A Lei Complementar n. 3, de 15 de março de 2013, estabeleceu a forma de controle interno, que abrange a Administração Direta e Indireta do Poder Executivo (arts. 1º e 3º), contemplando as atribuições da Unidade de Controle Interno (art. 4º).

No art. 6º estabeleceu que as funções de Controlador Interno deverão ser exercidas obrigatoriamente por servidor efetivo que preencha as qualificações para o exercício, que responderá como titular da Unidade de Controle Interno.

Referido servidor nomeado deverá possuir nível de escolaridade superior e demonstrar conhecimento sobre matéria orçamentária, financeira e contábil e, respectiva, legislação vigente, além de dominar os conceitos relacionados ao controle interno e à atividade de auditoria (parágrafo único do art. 6º).

Para o exercício desta função gratificada o servidor receberá R\$ 1.150,00, nos termos da Lei Complementar n. 8, de 13 de dezembro de 2013.

A lei também estabeleceu as vedações a indicação e nomeação para o exercício de função ou cargo relacionado com o Sistema de Controle Interno, no art. 8º, assim como os impedimentos no art. 9º.

E no art. 11 estabeleceu que o servidor que exercer funções relacionadas com o Sistema de Controle Interno deverá guardar sigilo sobre dados e informações obtidas em decorrência do exercício de suas atribuições.

Verifica-se que, apesar de a lei comunal ter disciplinado as atribuições da Unidade de Controle Interno (art. 4º), não discriminou as atribuições da função de Controlador Interno.

Necessário frisar que as funções de confiança (FC) são espécie que, juntamente com as funções gratificadas em sentido estrito (FG), integram as funções gratificadas em sentido amplo previstas, normalmente, na estrutura administrativa dos entes políticos desta Federação, no quadro dos servidores de carreira. Enquanto nas funções de confiança agregam-se atribuições de chefia, direção ou assessoramento relacionadas ao rol de competências do cargo efetivo, **nas funções gratificadas ficam incorporadas à gama de deveres ordinários do servidor efetivo outras atribuições, de natureza diversa da chefia, direção ou assessoramento.**

Especificamente no caso em tela, como apontado, o diploma normativo municipal **não discriminou** as atribuições do servidor que exercerá as funções de Controlador Interno.

Todavia, o princípio da legalidade impõe norma em sentido formal para disciplina das atribuições de qualquer função pública *lato sensu* (cargo ou empregos públicos e função pública em sentido restrito).

Ponto elementar relacionado à criação de cargos, empregos públicos e funções gratificadas em sentido amplo é a necessidade de a norma específica para a matéria, mediante o competente e respectivo processo, que descreva as correlatas atribuições.

A criação do cargo público impõe a fixação de suas atribuições porque todo cargo pressupõe função previamente definida em lei (Maria Sylvia Zanella Di Pietro. *Direito Administrativo*, São Paulo: Atlas, 2006, p. 507; Odete Medauar. *Direito Administrativo Moderno*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998, p. 287), constituindo ponto luminoso na criação de cargos, empregos públicos ou funções gratificadas em sentido amplo a imprescindibilidade de lei descrever as correlatas atribuições, consoante expõe lúcida doutrina:

“somente a lei pode criar esse conjunto inter-relacionado de competências, direitos e deveres que é o cargo público. Essa é a regra geral consagrada no art. 48, X, da Constituição, que comporta uma ressalva à hipótese do art. 84, VI, b. Esse dispositivo permite ao Chefe do Executivo promover a extinção de cargo público, por meio de ato administrativo. A criação e a disciplina do cargo público faz-se necessariamente por lei no sentido de que a lei deverá contemplar a disciplina essencial e indispensável. Isso significa estabelecer o núcleo das competências, dos poderes, dos deveres, dos direitos, do modo da investidura e das condições do exercício das atividades. Portanto, não basta uma lei estabelecer, de modo simplista, que ‘fica

criado o cargo de servidor público'. Exige-se que a lei promova a discriminação das competências e a inserção dessa posição jurídica no âmbito da organização administrativa, determinando as regras que dão identidade e diferenciam a referida posição jurídica". (Marçal Justen Filho. Curso de Direito Administrativo, São Paulo: Saraiva, 2005, p. 581)

Somente a partir da descrição precisa das atribuições do posto público (cargo ou emprego) ou da função gratificada será possível, a bem do funcionamento administrativo e dos direitos dos administrados, averiguar-se a completa licitude do exercício de suas funções pelo agente público.

Trata-se de exigência relativa à competência do agente público para a prática de atos em nome da Administração Pública e, em especial, aqueles que tangenciam os direitos dos administrados, e que se espraia à aferição da legitimidade da forma de investidura no cargo ou emprego público e no exercício da função pública, que devem ser guiados pela legalidade, moralidade, pela impessoalidade e pela razoabilidade.

Não se olvide, outrossim, que o art. 35 da Constituição Estadual – que se reporta ao art. 74 da Constituição Federal e cujo modelo deve ser observado pelos Municípios por força do art. 144 da Constituição Estadual – cunha a tecnicidade e a profissionalidade da função do Controle Interno, o que é reverberado pela jurisprudência, a exigir a criação de posto de provimento efetivo.

O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade de cargo de "Controlador Interno", ressaltando a natureza técnica de suas atribuições:

"Assim, considerando a **natureza técnica do cargo de Controlador Interno** criado pela Lei Complementar 22, de 3 de abril de 2017, do Município de Belmonte – SC, mostra-se inconstitucional sua investidura por meio de provimento em comissão ou função gratificada, sendo necessária, portanto,

a observância da orientação prevista no art. 37, II, da Constituição República, segundo a qual ‘a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei’”. (STF, RE 1264676/SC, Minº Alexandre de Moraes, 03-07-2020, DJe 07-07-2020 – grifos acrescentados)

Esse também o entendimento do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: ADI n. 2047091-86.2022.8.26.0000, Des. Rel. Ademir Benedito, julgada em 03/08/2022 e DJe 04/08/2022; ADI n. 2245969-88.2021.8.26.0000, Des. Rel. Francisco Casconi, julgada em 27/07/2022 e DJe 01/08/2022; ADI n. 2285202-92.2021.8.26.0000, Des. Rel. Ademir Benedito, julgada em 27/07/2022 e DJe 30/07/2022; ADI n. 2272457-80.2021.8.26.0000, Des. Rel. Vianna Cotrim, julgada em 15/06/2022 e DJe 21/06/2022; ADI n. 2283660-39.2021.8.26.0000, Des. Rel. Vianna Cotrim, julgada em 01/06/2022 e DJe 03/06/2022; ADI n. 2273979-45.2021.8.26.0000, Des. Rel. Evaristo dos Santos, 18/05/2022 e DJe 20/05/2022; ADI n. 2236151-15.2021.8.26.0000, Des. Rel. Elcio Trujillo, 23/03/2022 e DJe 04/04/2022 e ADI n. 2238648-02.2021.8.26.0000, Des. Rel. Costabile e Solimene, 09/03/2022 e DJe 10/03/2022.

Não há qualquer dúvida de que as atribuições exercidas pelo servidor designado responsável pelo Controle Interno são **técnicas**. Para cumprir essa missão institucional, deve o Chefe do Poder Executivo instituir posto de provimento **efetivo**, à vista do caráter profissional da função.

Dessa forma, os arts. 6º, 8º, 9º e 11 da Lei Complementar n. 3, de 15 de março de 2013, bem como da Lei Complementar n. 8, de 13 de dezembro de 2013, do Município de Rifaina, atentam contra o regime constitucional vigente, pois deixou de criar cargo efetivo e instituiu função gratificada, sendo de rigor a declaração de inconstitucionalidade das normas supracitadas.

Por fim, a declaração de inconstitucionalidade por arrastamento é possível sempre que: a) o reconhecimento da inconstitucionalidade de determinado dispositivo legal torna despidos de eficácia e utilidade outros preceitos do mesmo diploma, ainda que não tenham sido impugnados; b) nos casos em que o efeito repressinatório restabelece dispositivos já revogados pela lei viciada que ostentem o mesmo vício; c) quando há na lei dispositivos que não foram impugnados, mas guardam direta relação com aqueles cuja inconstitucionalidade é reconhecida.

No caso em testilha, com a declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar n. 8, de 13 de dezembro de 2013, restabelecerá a vigência da antiga redação do art. 7º da Lei Complementar n. 3, de 15 de março de 2013, que ostenta os mesmos vícios de inconstitucionalidades apontados na exordial.

Desta forma, a declaração de inconstitucionalidade deve abranger, por arrastamento, o art. 7º da Lei Complementar n. 3, de 15 de março de 2013, em sua redação originária.

III – PEDIDOS

Face ao exposto, aguarda-se o recebimento e processamento da presente ação declaratória, para que, ao final, seja julgada procedente, reconhecendo-se a inconstitucionalidade dos seguintes preceitos e ato normativos do Município de Rifania:

- a) dos arts. 6º, 8º, 9º e 11 da Lei Complementar n. 3, de 15 de março de 2013;
- b) da Lei Complementar n. 8, de 13 de dezembro de 2013;
- c) por arrastamento, do art. 7º da Lei Complementar n. 3, de 15 de março de 2013, do Município de Rifaina, em sua redação originária, a fim de evitar o efeito repressinatório inerente às ações diretas de inconstitucionalidade.

Requer-se a requisição de informações à Câmara Municipal e ao Prefeito do Município de Rifaina, e a citação da douta Procuradora-Geral do Estado, protestando por nova vista, posteriormente, para manifestação final.

São Paulo, 30 de maio de 2023.

Mário Luiz Sarrubbo
Procurador-Geral de Justiça

envj/mi

Protocolado SEI n. 29.0001.0250081.2022-76

Interessada: Promotoria de Justiça de Pedregulho

Assunto: Análise da constitucionalidade dos arts. 6º e 7º da Lei Complementar n. 3, de 15 de março de 2013, do Município de Rifaina

1- Distribua-se a petição inicial da ação direta de inconstitucionalidade no egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

2- Oficie-se à interessada, informando-lhe a propositura da ação, com cópia da petição inicial.

São Paulo, 30 de maio de 2023.

Mário Luiz Sarrubbo
Procurador-Geral de Justiça

emvj/mi

REPRESENTAÇÃO

Pedregulho, 18 de novembro de 2022.

Ofício nº 219/2022

Ref. procedimento SEI 29.0001.0203114.2022-07

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA,

Pelo presente tenho a grata satisfação em cumprimentar Vossa Excelência e o faço, na forma da Resolução nº 702/2011-PGJ e com fundamento no art. 74, VI, da Constituição do Estado, representando pela análise do cabimento de ação direta de inconstitucionalidade contra a Lei Complementar Municipal nº 3/2013, do Município de Rifaina.

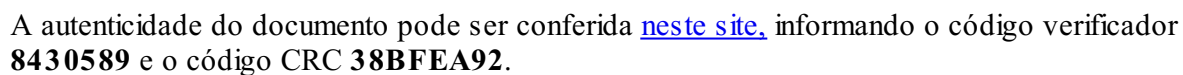
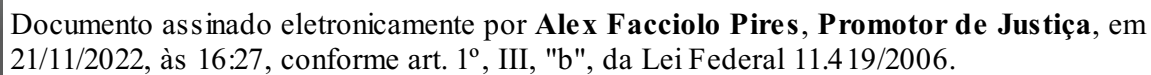
O Município de Rifaina editou a Lei Complementar Municipal nº 3/2013, que cria o Sistema de Controle Interno do Município. Seus arts. 6º e 7º estabelecem que a atividade de controle interno é função gratificada, que deve ser atribuída a servidor efetivo. Portanto, trata-se de função de confiança. No entanto, como essa função é técnico-profissional, e não de direção, chefia ou assessoramento superior político-governamental, deve ser atribuída a cargo de provimento efetivo, por concurso público. Violados o art. 115, V, da Constituição do Estado, e o art. 37, inc. V, da Constituição Federal. Precedentes: STF, RE 1.264.676/SC; RE 1.041.210, tema 1010 de repercussão geral.

Segue anexa cópia da Lei Complementar Municipal nº 3/2013.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

ALEX FACCILO PIRES
Promotor de Justiça

Procurador-Geral de Justiça





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA
ESTADO DE SÃO PAULO

fls. 17

Ofício GP nº. 80-2022
(Ref. Procedimento SEI 29.0001.0203114.2022-07)

Rifaina/SP, 27 de setembro de 2022

Exmo. Sr. Promotor:

A teor do contido no Ofício n.º 190/2022, extraído do procedimento em epigrafe, tenho a honra de encaminhar à V.Exa., cópia digitalizada da legislação municipal que disciplina o sistema de controle interno do Poder Executivo Municipal de Rifaina.

Na certeza do atendimento ao solicitado, apresento protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente


Hugo César Lourenço
Prefeito Municipal

Exmo. Senhor:
Dr. Dilson Santiago de Souza
MD. Promotor de Justiça de
Pedregulho -SP



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

fls. 18

CNPJ 45.318.995/0001-71

LEI COMPLEMENTAR N. 03/13 DE 15 DE MARÇO DE 2013

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO AMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE RIFAINA, ESTADO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ABRÃO BISCO FILHO, Prefeito Municipal de Rifaina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal Aprovou e ele Sanciona e Promulga a Presente Lei Complementar:

Título I

Das Disposições Preliminares

Artigo 1º – Fica organizada a fiscalização no Município de Rifaina, Estado de São Paulo, sob a forma de controle interno, que abrange a Administração Direta e a Administração Indireta do Poder Executivo, nos termos do que dispõe o artigo 31 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar 101/00 e artigo 54 da Lei Orgânica do Município.

Título II

Das Conceituações

Artigo 2º – O controle interno do Município compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados pela administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas prescritas, verificar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento da lei.

Artigo 3º – Entende-se por Sistema de Controle Interno o conjunto de atividades de controle exercidas no âmbito do Poder Executivo Municipal, incluindo as Administrações Direta e Indireta, de forma integrada, compreendendo particularmente:

I – o controle exercido diretamente pelos diversos níveis de chefia objetivando o cumprimento dos programas, metas e orçamentos e a observância à legislação e às normas que orientam a atividade específica da unidade controlada;

II – o controle, pelas diversas unidades da estrutura organizacional, da observância à legislação e às normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares;

III – o controle do uso e guarda dos bens pertencentes ao Município, efetuados pelos órgãos próprios;

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: WASHINGTON FERNANDO KARAM. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o original completo, acesse o link: Validação de documento digital e informe o código do documento: 5-L66V-FU3G-80HW-3NCO op. 4



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

fls. 19

CNPJ 45.318.995/0001-71

IV – o controle orçamentário e financeiro das receitas e despesas, efetuado pelos órgãos dos Sistemas de Planejamento e Orçamento e de Contabilidade e Finanças;

V – o controle exercido pela Unidade de Controle Interno destinado a avaliar a eficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno da administração e assegurar a observância dos dispositivos constitucionais e dos relativos aos incisos I a VI, do artigo 59, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único – Os Poderes e Órgãos referidos no caput deste artigo deverão se submeter às disposições desta lei e às normas de padronização de procedimentos e rotinas expedidas no âmbito de cada Órgão, incluindo as respectivas administrações Direta e Indireta, se for o caso.

Título III

Das Atribuições da Unidade de Controle Interno

Artigo 4º - O Sistema de Controle Interno do Município, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, além das finalidades previstas nos incisos I a IV do artigo 54 da Lei Orgânica do Município, visa a avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores municipais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, e, em especial, têm as seguintes atribuições:

I – avaliar o cumprimento das metas fiscais e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados, inclusive quanto a ações descentralizadas executadas à conta de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e de Investimentos;

II – comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

III – comprovar a legalidade dos repasses a entidades do terceiro setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados;

IV – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

V – apoiar o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no exercício de sua missão institucional, supervisionando e auxiliando as unidades executoras no relacionamento com o TCE, quanto ao encaminhamento de documentos e informações, atendimento às equipes técnicas, recebimento de diligências, elaboração de respostas, tramitação dos processos e apresentação dos recursos;

VI – assinar o Relatório de Gestão Fiscal em conjunto com a Administração Financeira do Município;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA fls. 20

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71

- VII – atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesas, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados;
- VIII – assessorar a administração nos aspectos relacionados com os controles interno e externo e quanto à legalidade dos atos de gestão, emitindo relatórios e pareceres sobre os mesmos;
- IV – interpretar e pronunciar-se sobre a legislação concernente à execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- VI – avaliar o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhadas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento, inclusive quanto a ações descentralizadas executadas à conta de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e de Investimentos;
- VII – exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais, da Lei de Responsabilidade Fiscal e os estabelecidos nos demais instrumentos legais;
- VIII – estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional nos correspondentes Poderes e Órgãos, incluindo suas administrações Direta e Indireta, da Prefeitura Municipal, bem como, na aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- IX – aferir a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- X – acompanhar a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial quanto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ao Relatório de Gestão Fiscal, aferindo a consistência das informações constantes de tais documentos;
- XI – participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária;
- XII – manifestar-se, quando solicitado pela administração, acerca da regularidade e legalidade de processos licitatórios, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;
- XIII – propor a melhoria ou implantação de sistemas de processamento eletrônico de dados em todas as atividades da administração pública, com o objetivo de aprimorar os controles internos, agilizar as rotinas e melhorar o nível das informações;
- XIV – instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA fls. 21

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71

XV – alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure imediatamente, sob pena de responsabilidade solidária, as ações destinadas a apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que resultem em prejuízo ao erário, praticados por agentes públicos, ou quando não forem prestadas as contas ou, ainda, quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

XVI – revisar e emitir parecer sobre os processos de Tomadas de Contas Especiais instauradas pelos correspondentes Poderes e Órgãos, incluindo a suas administrações Direta e Indireta, pela Prefeitura Municipal, inclusive sobre as determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado;

XVII – representar ao TCE-SP, sob pena de responsabilidade solidária, sobre as irregularidades e ilegalidades que evidenciem danos ou prejuízos ao erário não-reparados integralmente pelas medidas adotadas pela administração;

XVIII – emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pela administração.

Título IV

Das Responsabilidades de todas as Unidades Executoras do Sistema de Controle Interno

Artigo 5º – As diversas unidades componentes da estrutura organizacional do Poder ou Órgão indicado no caput do artigo 3º, incluindo as administrações Direta e Indireta, no que tange ao controle interno, têm as seguintes responsabilidades:

I – exercer os controles estabelecidos nos diversos sistemas administrativos afetos à sua área de atuação, no que tange a atividades específicas ou auxiliares, objetivando a observância à legislação, a salvaguarda do patrimônio e a busca da eficiência operacional;

II – exercer o controle, em seu nível de competência, sobre o cumprimento dos objetivos e metas definidas nos Programas constantes do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Orçamento Anual e no cronograma de execução mensal de desembolso;

III – exercer o controle sobre o uso e guarda de bens pertencentes ao Poder ou Órgão indicado no caput do artigo 3º, incluindo suas administrações Direta e Indireta, colocados à disposição de qualquer pessoa física ou entidade que os utilize no exercício de suas funções;

IV – avaliar, sob o aspecto da legalidade, a execução dos contratos, convênios e instrumentos congêneres, afetos ao respectivo sistema administrativo, em que o Poder ou Órgão indicado no caput do artigo 3º.

V – comunicar à Unidade de Controle Interno do respectivo Poder ou Órgão indicado no caput do artigo 3º, qualquer irregularidade ou ilegalidade de que tenha conhecimento, sob pena de responsabilidade solidária.



Capítulo II

DO PROVIMENTO DOS CARGOS

Artigo 6º – As funções de Controlador Interno deverá ser obrigatoriamente preenchida por servidor efetivo que preencha as qualificações para o exercício, o qual responderá como titular da correspondente Unidade de Controle Interno.

Parágrafo único - O nomeado deverá possuir nível de escolaridade superior e demonstrar conhecimento sobre matéria orçamentária, financeira e contábil, e respectiva legislação vigente, além de dominar os conceitos relacionados ao controle interno e à atividade de auditoria.

Artigo 7º –. Fica criada uma Função Gratificada no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao servidor nomeado para o exercício de Controlador interno.

Capítulo III

DAS NOMEAÇÕES

Artigo 8º – É vedada a indicação e nomeação para o exercício de função ou cargo relacionado com o Sistema de Controle Interno, de pessoas que tenham sido, nos últimos 5 (cinco) anos:

I – responsabilizadas por atos julgados irregulares, de forma definitiva, pelos Tribunais de Contas;

II – punidas, por decisão da qual não caiba recurso na esfera administrativa, em processo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público, em qualquer esfera de governo;

III – condenadas em processo por prática de crime contra a Administração Pública, capitulado nos Títulos II e XI da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, na Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, ou por ato de improbidade administrativa previsto na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

Capítulo IV

DAS VEDAÇÕES E GARANTIAS

Artigo 9º – Além dos impedimentos capitulados no artigo anterior, é vedado aos servidores com função nas atividades de Controle Interno exercer:

I – atividade político-partidária;

II – patrocinar causa contra a Administração Pública Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA fls. 23

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71

Artigo 10 – Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos serviços de controle interno, no exercício das atribuições inerentes às atividades de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão.

Parágrafo único. O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do sistema de controle interno no desempenho de suas funções institucionais ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

Artigo 11 – O servidor que exercer funções relacionadas com o Sistema de Controle Interno deverá guardar sigilo sobre dados e informações obtidas em decorrência do exercício de suas atribuições e pertinentes aos assuntos sob a sua fiscalização, utilizando-os para elaboração de relatórios e pareceres destinados ao titular da Unidade de Controle Interno, ao titular da unidade administrativa ou entidade na qual se procederam as constatações e ao Tribunal de Contas do Estado, se for o caso

Título VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS


Artigo 11 – O Poder executivo estabelecerá, em regulamento, a forma pela qual qualquer cidadão, sindicato ou associação, poderá ser informado sobre os dados oficiais do Município relativos a execução dos orçamentos.

Artigo 12 – Nos termos da legislação, poderão ser contratados especialistas para atender as exigências de trabalho técnico necessárias ao processo de implantação e implementação do Sistema de Controle Interno.

Artigo 13 - As despesas da Unidade de Controle Interno correrão à conta de dotações próprias, fixadas anualmente no Orçamento Fiscal do Município.

Artigo 14 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rifaina, 15 de Março de 2013.


ABRÃO BISCO FILHO
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que o presente procedimento tem como objeto a análise da constitucionalidade da Lei Complementar n.03 de 15 de março de 2013, do município de Rifaina, no que dispõe sobre a função gratificada de Controlador Interno do Sistema de Controle Interno do Município.

Certifico e dou fé que não localizei nenhum procedimento cujo objeto abarque os dispositivos acima referidos.

Cumprindo determinação do Dr. Wallace Paiva Martins Junior, Subprocurador Geral de Justiça Jurídico, certifico e dou fé que distribui o presente procedimento, **ordinariamente**, ao 6º Promotor de Justiça Assessor.



Documento assinado eletronicamente por **Gislaine Rossi Bomfim Gomes, Oficial de Promotoria**, em 23/11/2022, às 15:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei Federal 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [neste site](#), informando o código verificador **8492914** e o código CRC **FF893EEE**.

DESPACHO

Objeto: Análise da constitucionalidade da Lei Complementar n. 03 de 15 de março de 2013, do município de Rifaina, no que dispõe sobre a função gratificada de Controlador Interno do Sistema de Controle Interno do Município.

De ordem, determina-se a realização das seguintes diligências:

1. Notifique-se o Presidente da Câmara Municipal para que, **no prazo de 15 (quinze) dias**, apresente:
 - a. manifestação sobre a constitucionalidade dos atos normativos indicados no objeto acima, considerando que a matéria já foi explicitada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 1.264.676/SC e corroborada pelo colendo Órgão Especial (ADI 2272457-80.2021.8.26.0000, ADI 2283660-39.2021.8.26.0000, ADI 2273979-45.2021.8.26.0000, ADI 2238648-02.2021.8.26.0000 e ADI 2236151-15.2021.8.26.0000);
 - b. informações sobre as providências que serão tomadas;
 - c. informações sobre sua vigência e eventuais alterações; e
 - d. remessa de seu texto e cópia de seu processo legislativo;
2. Notifique-se o Prefeito Municipal para que, **no prazo de 15 (quinze) dias**, apresente:
 - a. manifestação sobre a constitucionalidade dos atos normativos indicados no objeto acima, considerando que a matéria já foi explicitada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 1.264.676/SC e corroborada pelo colendo Órgão Especial (ADI 2272457-80.2021.8.26.0000, ADI 2283660-39.2021.8.26.0000, ADI 2273979-45.2021.8.26.0000, ADI 2238648-02.2021.8.26.0000 e ADI 2236151-15.2021.8.26.0000); e
 - b. informações sobre as providências que serão tomadas.

O acesso aos autos será garantido digitalmente pelo SEI (Sistema Eletrônico de Informações).



Documento assinado eletronicamente por **ERNANI DE MENEZES VILHENA JUNIOR**, **Promotor de Justiça - Assessor**, em 28/11/2022, às 18:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei Federal 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [neste site](#), informando o código verificador **8492992** e o código CRC **15876D57**.

NOTIFICAÇÃO

Processo SEI nº: 29.0001.0250081.2022-76

Objeto: Análise da constitucionalidade da Lei Complementar n. 03 de 15 de março de 2013, do município de Rifaina, no que dispõe sobre a função gratificada de Controlador Interno do Sistema de Controle Interno do Município.

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Presidente da Câmara Municipal,

De ordem do Subprocurador-Geral de Justiça Jurídico, fica Vossa Senhoria notificado(a) para atender a solicitação contida no procedimento SEI em epígrafe. A resposta deverá ser remetida necessariamente por e-mail para o endereço eletrônico **subjuridica@mpsp.mp.br**. Eventuais documentos físicos deverão ser digitalizados no formato preto e branco, com definição máxima de 100 dpi (documentos com volume de dados excessivo serão devolvidos).

O prazo será de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da disponibilização de acesso ao procedimento. Não havendo requerimento de acesso no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do envio da notificação, o prazo passará a fluir.

Observação sobre Prazo

Conforme entendimento sumulado do Conselho Superior do Ministério Público, os prazos são contados de forma contínua, nos termos da previsão contida na Lei Estadual 10.177/98 e na Lei Federal 9.784/99, que regulam o processo administrativo no âmbito das Administrações Públicas Estadual e Federal, respectivamente, afastando-se, assim, a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.

INSTRUÇÕES DE ACESSO AOS PROCESSOS SEI

O acesso ao SEI compreende **duas etapas**:

ETAPA 1

Realizar o Cadastro de Usuário Externo utilizando o link abaixo ou através do portal MPSP em <https://www.mpsp.mp.br/sei-sistema-eletronico-de-informacoes>

Selecionar a opção "ACESSO AO SEI USUÁRIO EXTERNO" e, logo após, basta clicar em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado" e completar o cadastro, que será liberado em 48 horas.

Após o período de 48h, o usuário deverá observar a segunda etapa.

ETAPA 2

Solicitar permissão de acesso ao processo. Para isso basta enviar um e-mail para subjuridica@mpsp.mp.br indicando o **número completo do processo SEI** que se pretende acessar, **bem como o e-mail utilizado no momento do cadastro**.

A liberação será enviada para o e-mail cadastrado alertando sobre a autorização de acesso ao processo.

Lembrando que o **acesso só é permitido para o e-mail cadastrado.**

Na resposta haverá um link para acesso ao sistema no qual deverá ser inserido o e-mail e a senha. Estando na página do processo, será possível a visualização individual dos documentos, bem como a geração de um documento PDF contendo a íntegra dos autos.

Ministério Público do Estado de São Paulo
Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica
Rua Riachuelo, 115 - 8º andar - Sala 849 - Centro
01007-904 - São Paulo - SP
subjuridica@mpsp.mp.br



Documento assinado eletronicamente por **Maria Aparecida dos Santos Stockmann, Oficial de Promotoria**, em 28/11/2022, às 21:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei Federal 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [neste site](#), informando o código verificador **8541355** e o código CRC **FCF5EF60**.

NOTIFICAÇÃO

Processo SEI nº: 29.0001.0250081.2022-76

Objeto: Análise da constitucionalidade da Lei Complementar n. 03 de 15 de março de 2013, do município de Rifaina, no que dispõe sobre a função gratificada de Controlador Interno do Sistema de Controle Interno do Município.

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Prefeito(a),

De ordem do Subprocurador-Geral de Justiça Jurídico, fica Vossa Senhoria notificado(a) para atender a solicitação contida no procedimento SEI em epígrafe. A resposta deverá ser remetida necessariamente por e-mail para o endereço eletrônico **subjuridica@mpsp.mp.br**. Eventuais documentos físicos deverão ser digitalizados no formato preto e branco, com definição máxima de 100 dpi (documentos com volume de dados excessivo serão devolvidos).

O prazo será de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da disponibilização de acesso ao procedimento. Não havendo requerimento de acesso no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do envio da notificação, o prazo passará a fluir.

Observação sobre Prazo

Conforme entendimento sumulado do Conselho Superior do Ministério Público, os prazos são contados de forma contínua, nos termos da previsão contida na Lei Estadual 10.177/98 e na Lei Federal 9.784/99, que regulam o processo administrativo no âmbito das Administrações Públicas Estadual e Federal, respectivamente, afastando-se, assim, a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.

INSTRUÇÕES DE ACESSO AOS PROCESSOS SEI

O acesso ao SEI compreende **duas etapas**:

ETAPA 1

Realizar o Cadastro de Usuário Externo utilizando o link abaixo ou através do portal MPSP em <https://www.mpsp.mp.br/sei-sistema-eletronico-de-informacoes>

Selecionar a opção "ACESSO AO SEI USUÁRIO EXTERNO" e, logo após, basta clicar em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado" e completar o cadastro, que será liberado em 48 horas.

Após o período de 48h, o usuário deverá observar a segunda etapa.

ETAPA 2

Solicitar permissão de acesso ao processo. Para isso basta enviar um e-mail para subjuridica@mpsp.mp.br indicando o **número completo do processo SEI** que se pretende acessar, **bem como o e-mail utilizado no momento do cadastro**.

A liberação será enviada para o e-mail cadastrado alertando sobre a autorização de acesso ao

processo.

Lembrando que o **acesso só é permitido para o e-mail cadastrado.**

Na resposta haverá um link para acesso ao sistema no qual deverá ser inserido o e-mail e a senha. Estando na página do processo, será possível a visualização individual dos documentos, bem como a geração de um documento PDF contendo a íntegra dos autos.

Ministério Público do Estado de São Paulo
Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica
Rua Riachuelo, 115 - 8º andar - Sala 849 - Centro
01007-904 - São Paulo - SP
subjuridica@mpsp.mp.br



Documento assinado eletronicamente por **Maria Aparecida dos Santos Stockmann, Oficial de Promotoria**, em 28/11/2022, às 21:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei Federal 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [neste site](#), informando o código verificador **8541359** e o código CRC **967B8E4D**.

Data de Envio:

28/11/2022 21:48:13

De:

MPSP/Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica <subjuridica@mpsp.mp.br>

Para:

secretaria@camararifaina.sp.gov.br

Assunto:

Processo SEI 29.0001.0250081.2022-76

Mensagem:

PEDIMOS A GENTILEZA DE CONFIRMAR O RECEBIMENTO DESTA E-MAIL.

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Presidente da Câmara Municipal,

De ordem do Subprocurador-Geral de Justiça Jurídico, encaminhamos abaixo instruções de acesso ao processo SEI referido no assunto com a finalidade de que seja atendida a solicitação nele contida. A resposta deverá remetida necessariamente por e-mail para o endereço eletrônico subjuridica@mpsp.mp.br, sendo que eventuais documentos físicos deverão ser digitalizados no formato preto e branco e com definição máxima de 100 dpi (documentos com volume de dados excessivo serão devolvidos).

O prazo será de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da disponibilização de acesso ao procedimento. Não havendo requerimento de acesso no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do envio da notificação, o prazo passará a fluir.

Observação sobre Prazo

Conforme entendimento sumulado do Conselho Superior do Ministério Público, os prazos são contados de forma contínua, nos termos da previsão contida na Lei Estadual 10.177/98 e na Lei Federal 9.784/99, que regulam o processo administrativo no âmbito das Administrações Públicas Estadual e Federal, respectivamente, afastando-se, assim, a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.

INSTRUÇÕES DE ACESSO AOS PROCESSOS SEI

O acesso ao SEI compreende duas etapas:

ETAPA 1

Realizar o Cadastro de Usuário Externo utilizando o link abaixo ou através do portal MPSP em <https://www.mpsp.mp.br/sei-sistema-eletronico-de-informacoes>

Selecionar a opção "ACESSO AO SEI USUÁRIO EXTERNO" e, logo após, basta clicar em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado" e completar o cadastro, que será liberado em 48 horas.

Após o período de 48h, o usuário deverá observar a segunda etapa.

ETAPA 2

Solicitar permissão de acesso ao processo. Para isso basta enviar um e-mail para subjuridica@mpsp.mp.br indicando o número completo do processo SEI que se pretende acessar, bem como o e-mail utilizado no momento do cadastro.

A liberação será enviada para o e-mail cadastrado alertando sobre a autorização de acesso ao processo.

Lembrando que o acesso só é permitido para o e-mail cadastrado.

Na resposta haverá um link para acesso ao sistema no qual deverá ser inserido o e-mail e a senha. Estando na página do processo, será possível a visualização individual dos documentos, bem como a geração de um documento PDF contendo a íntegra dos autos.

Ministério Público do Estado de São Paulo
Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica
Rua Riachuelo, 115 - 8º andar - Sala 849 - Centro
01007-904 - São Paulo - SP
subjuridica@mpsp.mp.br

Anexos:

Notificacao_8541359.html
Notificacao_8541355.html
Despacho_8492992.html

Data de Envio:

28/11/2022 21:49:13

De:

MPSP/Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica <subjuridica@mpsp.mp.br>

Para:

rifaina@rifaina.sp.gov.br
prefeitura@rifaina.sp.gov.br
prefeito@rifaina.sp.gov.br
juridico@rifaina.sp.gov.br

Assunto:

Processo SEI 29.0001.0250081.2022-76

Mensagem:

PEDIMOS A GENTILEZA DE CONFIRMAR O RECEBIMENTO DESTA E-MAIL.

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Prefeito(a),

De ordem do Subprocurador-Geral de Justiça Jurídico, encaminhamos abaixo instruções de acesso ao processo SEI referido no assunto com a finalidade de que seja atendida a solicitação nele contida. A resposta deverá remetida necessariamente por e-mail para o endereço eletrônico subjuridica@mpsp.mp.br, sendo que eventuais documentos físicos deverão ser digitalizados no formato preto e branco e com definição máxima de 100 dpi (documentos com volume de dados excessivo serão devolvidos).

O prazo será de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da disponibilização de acesso ao procedimento. Não havendo requerimento de acesso no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do envio da notificação, o prazo passará a fluir.

Observação sobre Prazo

Conforme entendimento sumulado do Conselho Superior do Ministério Público, os prazos são contados de forma contínua, nos termos da previsão contida na Lei Estadual 10.177/98 e na Lei Federal 9.784/99, que regulam o processo administrativo no âmbito das Administrações Públicas Estadual e Federal, respectivamente, afastando-se, assim, a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.

INSTRUÇÕES DE ACESSO AOS PROCESSOS SEI

O acesso ao SEI compreende duas etapas:

ETAPA 1

Realizar o Cadastro de Usuário Externo utilizando o link abaixo ou através do portal MPSP em <https://www.mpsp.mp.br/sei-sistema-eletronico-de-informacoes>

Selecionar a opção "ACESSO AO SEI USUÁRIO EXTERNO" e, logo após, basta clicar em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado" e completar o cadastro, que será liberado em 48 horas.

Após o período de 48h, o usuário deverá observar a segunda etapa.

ETAPA 2

Solicitar permissão de acesso ao processo. Para isso basta enviar um e-mail para subjuridica@mpsp.mp.br indicando o número completo do processo SEI que se pretende acessar, bem como o e-mail utilizado no momento do cadastro.

A liberação será enviada para o e-mail cadastrado alertando sobre a autorização de acesso ao processo.

Lembrando que o acesso só é permitido para o e-mail cadastrado.

Na resposta haverá um link para acesso ao sistema no qual deverá ser inserido o e-mail e a senha. Estando na página do processo, será possível a visualização individual dos documentos, bem como a geração de um

documento PDF contendo a íntegra dos autos.

Ministério Público do Estado de São Paulo
Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica
Rua Riachuelo, 115 - 8º andar - Sala 849 - Centro
01007-904 - São Paulo - SP
subjuridica@mpsp.mp.br

Anexos:

Notificacao_8541359.html
Notificacao_8541355.html
Despacho_8492992.html

Secretaria Câmara Municipal de Rifaina <secretaria@camararifaina.sp.gov.br>

Ter, 29/11/2022 09:56

Para: Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica <subjuridica@mpsp.mp.br>

Você não costuma receber emails de secretaria@camararifaina.sp.gov.br. [Saiba por que isso é importante](#)

Recebido.

Em seg., 28 de nov. de 2022 às 21:48, MPSP/Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica <subjuridica@mpsp.mp.br> escreveu:

PEDIMOS A GENTILEZA DE CONFIRMAR O RECEBIMENTO DESTA E-MAIL.

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Presidente da Câmara Municipal,

De ordem do Subprocurador-Geral de Justiça Jurídico, encaminhamos abaixo instruções de acesso ao processo SEI referido no assunto com a finalidade de que seja atendida a solicitação nele contida. A resposta deverá remetida necessariamente por e-mail para o endereço eletrônico subjuridica@mpsp.mp.br, sendo que eventuais documentos físicos deverão ser digitalizados no formato preto e branco e com definição máxima de 100 dpi (documentos com volume de dados excessivo serão devolvidos).

O prazo será de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da disponibilização de acesso ao procedimento. Não havendo requerimento de acesso no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do envio da notificação, o prazo passará a fluir.

Observação sobre Prazo

Conforme entendimento sumulado do Conselho Superior do Ministério Público, os prazos são contados de forma contínua, nos termos da previsão contida na Lei Estadual 10.177/98 e na Lei Federal 9.784/99, que regulam o processo administrativo no âmbito das Administrações Públicas Estadual e Federal, respectivamente, afastando-se, assim, a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.

INSTRUÇÕES DE ACESSO AOS PROCESSOS SEI

O acesso ao SEI compreende duas etapas:

ETAPA 1

Realizar o Cadastro de Usuário Externo utilizando o link abaixo ou através do portal MPSP em <https://www.mpsp.mp.br/sei-sistema-eletronico-de-informacoes>

Selecionar a opção "ACESSO AO SEI USUÁRIO EXTERNO" e, logo após, basta clicar em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado" e completar o cadastro, que será liberado em 48 horas.

Após o período de 48h, o usuário deverá observar a segunda etapa.

ETAPA 2

Solicitar permissão de acesso ao processo. Para isso basta enviar um e-mail para subjuridica@mpsp.mp.br indicando o número completo do processo SEI que se pretende acessar, bem como o e-mail utilizado no momento do cadastro.

A liberação será enviada para o e-mail cadastrado alertando sobre a autorização de acesso ao processo.

Lembrando que o acesso só é permitido para o e-mail cadastrado.

fls. 35

Na resposta haverá um link para acesso ao sistema no qual deverá ser inserido o e-mail e a senha. Estando na página do processo, será possível a visualização individual dos documentos, bem como a geração de um documento PDF contendo a íntegra dos autos.

Ministério Público do Estado de São Paulo
Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica
Rua Riachuelo, 115 - 8º andar - Sala 849 - Centro
01007-904 - São Paulo - SP
subjuridica@mpsp.mp.br

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: WASHINGTON FERNANDO KARAM. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.ice.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 5-L66V-FU3G-80HW-3NQ0

Processo SEI 29.0001.0250081.2022-76

Matheus Gobetti Ferreira Silva <gobettimatheus@yahoo.com.br>

Ter, 13/12/2022 14:14

Para: Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica <subjuridica@mpsp.mp.br>

Você não costuma receber emails de gobettimatheus@yahoo.com.br. [Saiba por que isso é importante](#)

Segue resposta a notificação do processo SEI supra, por gentileza confirmar recebimento.

Cordialmente,

Matheus Gobetti F. Silva
Advogado
OAB/SP nº 329.919

Fone: **(16) 99161-5278**

Rua Nove de Julho, 318-A, Centro, Rifaina/SP, CEP:14490-000



CÂMARA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

AO EGRÉGIO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – GABINETE DA
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

PROCESSO SEI Nº 29.0001.0250081.2022-76

CÂMARA MUNICIPAL DE RIFAINA, inscrita no CNPJ sob o nº 50.486.786/0001-77, com sede administrativa na Rua Barão de RIFAINA, Nº 241, CENTRO, NESTE ATO REPRESENTADO pelo seu **PRESIDENTE EDIVALDO BATISTA FERREIRA**, brasileiro, casado, funcionário público e vereador, portador do RG n.º 19.216.359-0 SSP/SP e do CPF n.º 143.127.308-22, residente e domiciliado na cidade de Rifaina/SP, Rua Cel. Pereira Cassiano, 360, Centro, CEP 14.490-000, por seu Procurador infra firmado (procuração anexo), vem mui respeitosamente perante Vossa Exma., manifestar acerca da notificação recebido em 01 de dezembro de 2022 com **Objeto: “Análise da constitucionalidade da Lei Complementar n. 03 de 15 de março de 2013, do município de Rifaina, no que dispõe sobre a função gratificada de Controlador Interno do Sistema de Controle Interno do Município”...**

conforme segue:

Item 1. a) manifestação sobre a constitucionalidade dos atos normativos indicados no objeto acima, considerando que a matéria já foi explicitada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 1.264.676/SC e corroborada pelo colendo Órgão Especial (ADI 2272457-80.2021.8.26.0000, ADI 2283660-39.2021.8.26.0000, ADI 2273979-45.2021.8.26.0000, ADI 2238648-02.2021.8.26.0000 e ADI 2236151-15.2021.8.26.0000);



CÂMARA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

De início cumpre informar que projeto de lei que resultou no ato atacado tramitou regularmente nesta Casa de Leis, sendo que a minuta apresentava as respectivas atribuições compatíveis com assuntos afetos à assessoramento, chefia e direção, em seus artigos 6º e 7º, in verbis:

Artigo 6º – As funções de Controlador Interno deverá ser obrigatoriamente preenchida por servidor efetivo que preencha as qualificações para o exercício, o qual responderá como titular da correspondente Unidade de Controle Interno.

Parágrafo único - O nomeado deverá possuir nível de escolaridade superior e demonstrar conhecimento sobre matéria orçamentária, financeira e contábil, e respectiva legislação vigente, além de dominar os conceitos relacionados ao controle interno e à atividade de auditoria.

Artigo 7º –. Fica criada uma Função Gratificada no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao servidor nomeado para o exercício de Controlador interno.

Atividades como propor diretrizes para formalização da política de controle interno, aprimoramento do sistema, disseminação das informações técnicas e legislativas ao demais setores da Administração Pública, são alguns exemplos das atividades de direção e assessoramento esperadas pelos ocupantes dos referidos cargos.

Ademais, o ato normativo sob análise reestruturou o Sistema de Controle Interno do Município com embasamento nas orientações do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, vejamos:

Nas pequenas entidades, de pouca movimentação financeira, para elas um único servidor pode responder pelo Controle Interno, e, sob certas condições, não há necessidade de nova contratação para tais; bastaria específica gratificação para o servidor designado mediante previsão legal, conforme as possibilidades financeiras da entidade, ou a possibilidade de o servidor ou a estrutura administrativa responder por todos os poderes e órgãos que compõem o ente governamental. De seu turno, entidades cujo



CÂMARA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

volume de atividades de controle interno comportem dedicação exclusiva, o cargo de controlador interno poderia ser criado por lei específica e ser provido mediante específico concurso público. **Para tanto, é necessário mensurar a quantidade ideal da estrutura do órgão de controle interno em razão das atividades que serão desenvolvidas por este setor, podendo ser conferido o status de Secretaria, Departamento, Divisões ou Seções** (g.n.) Manual "Controle Interno", última edição atualizada pág. 34 – disponível em <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes/controle%20interno%202020.pdf>

Por oportuno, cumpre informar que o Município de Rifaina, possui uma população estimada de 3.629 (três mil seiscentos e vinte e nove habitantes), ou seja, possui uma estrutura administrativa estritamente reduzida, harmonizando assim a sua legislação supracitada e possui uma unidade de controle interno estruturada e que atende aos interesses locais.

Esclarece ainda que referida Lei Complementar é clara ao exigir servidor de carreira para ocupar referida função, inclusive com grau superior de escolaridade. Isso por si só demonstra a lisura do ato normativo bem como a nobre intenção do Legislador em cumprir o que diz a Carta Magna.

No tocante aos interesses locais, importante frisar que algumas decisões sustentam que os Municípios devem observar o modelo de organização para os órgãos de controle interno, conforme estabelecido na Constituição Federal e Constituição do Estado de São Paulo, razão pela qual alega a inconstitucionalidade do ato normativo.

Entretanto, tal entendimento não merece prosperar, eis que não há previsão na Constituição Estadual bem como na Constituição Federal, diretriz que estabeleça o modelo estrutural de controle interno, de observância obrigatória para Estados e Municípios.



CÂMARA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

As regras fixadas na Constituição Estadual em seu art. 35 e Constituição Federal, em seu art. 74 indicam a necessidade de manter o controle interno e quais as finalidades que devem ser alcançadas, sem, entretanto, prever modelo prefixado para o seu funcionamento, ou seja, o Município possui a discricionariedade para estruturar o sistema de controle interno municipal de acordo com a sua realidade local e limitações financeiras do ente.

No âmbito local, utilizando-se da competência constitucional conferida através do disposto no art. 61, II 'a' e 'b' da CF, a Chefe do Poder Executivo encaminhou ao Poder Legislativo a citada norma, criando assim o Departamento de Controle e Gestão.

Assim no caso inexistente qualquer inconstitucionalidade sob o aspecto formal.

Superada esta fase, cumpre destacar que a figura no Agente de Controle Interno, que possui as funções relacionadas à atividade típica de controlador interno, ou seja, o exercício das atividades conforme disposto nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, no âmbito local é executada por servidor do quadro efetivo da Prefeitura Municipal.

Em nosso entendimento, parece ser contrário ao princípio da razoabilidade exigir que pequenos municípios – os quais muitas vezes contam com orçamentos inferiores ao de entidades da Administração Indireta Federal e Estadual e com reduzidos quadros de pessoal – instituem órgãos de coordenação e gestão de controle interno, bem como carreira específica para o exercício da função de controle interno.

É oportuno ressaltar que o Sistema de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Rifaina, da forma como está estruturado alcança os objetivos previstos nas Cartas Magnas, tanto que por ocasião da fiscalização ref. aos últimos exercícios, o TCESP constatou a regularidade quanto as atividades desempenhadas pelo Sistema de Controle Interno Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Utilizando-se ainda da definição de Controle Interno extraída do Manual do Tribunal de Contas citado acima, **“A unidade (central) de controle interno da organização é parte da gestão do sistema ou da estrutura de controle interno da própria entidade. Seu papel é assessorar os gestores, auxiliando-os na identificação de riscos e propondo estratégias para mitigá-los”**, ou seja, a unidade de Controle Interno de forma diversa do agente propriamente dito tem por objetivo estabelecer o funcionamento de maneira centralizada e organizada das atividades de controladoria.

Portanto, não verifica-se qualquer incompatibilidade entre os dispositivos questionados e o ordenamento jurídico, eis que a organização do controle interno atende aos interesses locais e a realidade fática do Município.

Item b) informações sobre as providências que serão tomadas;

Desta feita, entendendo e defendendo a Constitucionalidade da Norma, não há providências a serem tomadas por esta Casa Legislativa neste momento, não cabendo a ela qualquer espécie de ação de Inconstitucionalidade e/ou algo do gênero, salvo melhor juízo.

Item c) informações sobre sua vigência e eventuais alterações;

Houve somente uma alteração em referida Lei Complementar Municipal nº 03 de 15 de março de 2013, qual seja, a Lei Complementar nº 08 de 13 de dezembro de 2013, que segue em anexo a esta resposta notificação.

Item d) remessa de seu texto e cópia de seu processo legislativo;

Segue anexo toda a documentação solicitada, qual seja, os Projetos de Lei Complementares ingressados na Câmara Municipal de Rifaina, as Atas da Sessões Legislativas que aprovaram referidos projeto, bem como os pareceres das comissões legislativas.



CÂMARA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Sendo o que tinha para o momento, certos de termos esclarecido e atendido todas as solicitações, renovamos os protestos da mais alta estima e consideração.

Rifaina, 13 de dezembro de 2022.


MATHEUS GOBETTI F. SILVA
OAB/SP 329.919

ASSESSOR JURÍDICO

CÂMARA MUNICIPAL DE RIFAINA


EDIVALDO BATISTA FERREIRA
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER DAS COMISSÕES DE:
CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO
ORÇAMENTO FINANÇAS E CONTABILIDADE
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
SAUDE EDUCAÇÃO CULTURA LAZER E TURISMO
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Nós Membros das Comissões acima mencionadas, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei Complementar nº09/2013 que: "Altera a redação do artigo 7º da lei Complementar nº03 de 15 de março de 2013 e dá outras providências".

CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

MAILSON NAZARETH DE SOUSA _____

RENATA SALOMÃO VIEIRA _____

SEBASTIÃO SOARES DE FREITAS _____

ORÇAMENTO FINANÇAS E CONTABILIDADE

EDIVALDO BATISTA FERREIRA _____

JULIMAR DE PAULA VIEIRA _____

RENATA SALOMÃO VIEIRA _____

OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

EDSON DA SILVA _____

FERNANDO AUGUSTO MORENGHI RODRIGUES _____

MARCOS GOMES PEREIRA _____

AUSENTE

SAUDE EDUCAÇÃO CULTURA LAZER E TURISMO

MAILSON NAZARETH DE SOUSA _____

EDSON DA SILVA _____

FERNANDO AUGUSTO MORENGHI RODRIGUES _____

AUSENTE

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

EDIVALDO BATISTA FERREIRA _____

EDSON DA SILVA _____

RENATA SALOMÃO VIEIRA _____

APROVADO

SUPLENTE RIFAINA 13

Carlos Antônio Perucini
Presidente

Rua Barão de Rifaina, 241 - Centro - CEP 14.490-000 Rifaina SP
www.camararifaina.sp.gov.br (16) 3135-1311

1



CÂMARA MUNICIPAL DE RIFAINA
ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DA 05ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2013. Aos doze dias do mês de Dezembro do ano de 2013, na sala destinada aos trabalhos do Legislativo, às dezenove horas, sob a Presidência do Vereador Carlos Antônio Peracini e secretariado pelo vereador Edson da Silva teve início esta Sessão. Feita a chamada constatou-se a presença dos seguintes vereadores: Carlos Antônio Peracini, Edson da Silva, Edivaldo Batista Ferreira, Julimar de Paula Vieira, Marcos Gomes Pereira, Sebastião Soares de Freitas, Mailson Nazareth de Sousa e Renata Salomão Vieira. Ausência do Vereador Fernando Augusto Morenghi Rodrigues. Constatando o número legal de vereadores o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. O Vereador Mailson Nazareth de Sousa fez leitura de um versículo da Bíblia. Em seguida o Sr. Presidente pediu a todos para fazer a oração do Pai nosso. Em seguida o Senhor Secretário realizou a leitura da matéria em pauta. Presidente solicitou ao secretário que fizesse leitura dos Projetos de Leis. Lemos o Projeto de Lei Complementar nº 09/2013 do executivo de 05 de Dezembro de 2013 que: "Altera a Redação do artigo 7º da Lei Complementar nº 03 de 15 de Março de 2013 e dá outras providências". Logo após o referido projeto foi encaminhado para as comissões competentes. Lemos o Projeto de Lei nº 54/2013 do executivo de 18 de Novembro de 2013 que: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a cadastrar a Prefeitura Municipal de Rifaina no programa de alimentação do trabalhador - PAT, conforme especifica e dá outras providências". Logo após o referido projeto foi encaminhado para as comissões competentes. Foi franqueada a palavra. Ninguém querendo fazer uso da palavra o Senhor Presidente suspendeu a Sessão por alguns minutos para que as Comissões emitissem os seus pareceres. Reaberta a Sessão constatou-se a mesma presença da inicial. Lemos o parecer das Comissões ao Projeto de Lei Complementar nº 09/2013 do executivo de 05 de Dezembro de 2013 que juntamente com o Projeto de Lei foi aprovado por todos os vereadores presentes. Colocado o Parecer das comissões em discussão, o Vereador Marcos Gomes Pereira Comentou, sobre o Projeto 09/2013, foi a favor do projeto que acha que tem ter mesmo, porém que deve respeitar o prazo para o projeto chegar a esta casa que é de 48hrs antes da reunião. Lemos o parecer das Comissões ao Projeto de Lei nº 54/2013 do executivo de 18 de Novembro de 2013 que juntamente com o Projeto de Lei foi aprovado por todos os

Rua Barão de Rifaina, 241 - Centro - CEP 14.490-000 Rifaina SP 1
www.camararifaina.sp.gov.br (16) 3135-1311



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71

fls. 47

LEI COMPLEMENTAR Nº 08/13 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

“ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 7º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 03 DE 15 DE MARÇO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE RIFAINA, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal Aprovou e ele SANCIONA E PROMULGA a seguinte Lei:

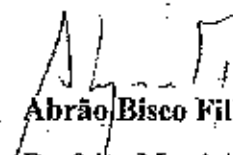
Artigo 1º - O artigo 7º da Lei Complementar n. 03 de 15 de março de 2013 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 7º - Fica criada uma Função Gratificada no valor de R\$ 1.150,00 (um mil cento e cinquenta reais) a ser preenchida por servidor público de carreira, nomeado para o exercício de Controlador Interno.”

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua aplicação, revogadas as disposições em sentido contrário, surtindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente.

Rifaina, 13 de dezembro de 2013


Abrão Bisco Filho

Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71

IV – o controle orçamentário e financeiro das receitas e despesas, efetuado pelos órgãos dos Sistemas de Planejamento e Orçamento e de Contabilidade e Finanças;

V – o controle exercido pela Unidade de Controle Interno destinado a avaliar a eficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno da administração e assegurar a observância dos dispositivos constitucionais e dos relativos aos incisos I a VI, do artigo 59, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único – Os Poderes e Órgãos referidos no caput deste artigo deverão se submeter às disposições desta lei e às normas de padronização de procedimentos e rotinas expedidas no âmbito de cada Órgão, incluindo as respectivas administrações Direta e Indireta, se for o caso.

Título III

Das Atribuições da Unidade de Controle Interno

Artigo 4º - O Sistema de Controle Interno do Município, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, além das finalidades previstas nos incisos I a IV do artigo 54 da Lei Orgânica do Município, visa a avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores municipais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, e, em especial, têm as seguintes atribuições:

I – avaliar o cumprimento das metas fiscais e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados, inclusive quanto a ações descentralizadas executadas à conta de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e de Investimentos;

II – comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

III – comprovar a legalidade dos repasses a entidades do terceiro setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados;

IV – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

V – apoiar o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no exercício de sua missão institucional, supervisionando e auxiliando as unidades executoras no relacionamento com o TCE, quanto ao encaminhamento de documentos e informações, atendimento às equipes técnicas, recebimento de diligências, elaboração de respostas, tramitação dos processos e apresentação dos recursos;

VI – assinar o Relatório de Gestão Fiscal em conjunto com a Administração Financeira do Município;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71

XV – alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure imediatamente, sob pena de responsabilidade solidária, as ações destinadas a apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que resultem em prejuízo ao erário, praticados por agentes públicos, ou quando não forem prestadas as contas ou, ainda, quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

XVI – revisar e emitir parecer sobre os processos de Tomadas de Contas Especiais instauradas pelos correspondentes Poderes e Órgãos, incluindo a suas administrações Direta e Indireta, pela Prefeitura Municipal, inclusive sobre as determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado;

XVII – representar ao TCE-SP, sob pena de responsabilidade solidária, sobre as irregularidades e ilegalidades que evidenciem danos ou prejuízos ao erário não-reparados integralmente pelas medidas adotadas pela administração;

XVIII – emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pela administração.

Título IV

Das Responsabilidades de todas as Unidades Executoras do Sistema de Controle Interno

Artigo 5º – As diversas unidades componentes da estrutura organizacional do Poder ou Órgão indicado no caput do artigo 3º, incluindo as administrações Direta e Indireta, no que tange ao controle interno, têm as seguintes responsabilidades:

I – exercer os controles estabelecidos nos diversos sistemas administrativos afetos à sua área de atuação, no que tange a atividades específicas ou auxiliares, objetivando a observância à legislação, a salvaguarda do patrimônio e a busca da eficiência operacional;

II – exercer o controle, em seu nível de competência, sobre o cumprimento dos objetivos e metas definidas nos Programas constantes do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Orçamento Anual e no cronograma de execução mensal de desembolso;

III – exercer o controle sobre o uso e guarda de bens pertencentes ao Poder ou Órgão indicado no caput do artigo 3º, incluindo suas administrações Direta e Indireta, colocados à disposição de qualquer pessoa física ou entidade que os utilize no exercício de suas funções;

IV – avaliar, sob o aspecto da legalidade, a execução dos contratos, convênios e instrumentos congêneres, afetos ao respectivo sistema administrativo, em que o Poder ou Órgão indicado no caput do artigo 3º.

V – comunicar à Unidade de Controle Interno do respectivo Poder ou Órgão indicado no caput do artigo 3º, qualquer irregularidade ou ilegalidade de que tenha conhecimento, sob pena de responsabilidade solidária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71

fls. 54

ANALISE TÉCNICA E RELATÓRIO

Pretende o Executivo Municipal de Rifaina proceder a reestrutura administrativa de cargos e salários de servidores da Prefeitura Municipal de Rifaina, visando o atendimento de pleito formulado pelo Secretário Municipal de Governo, objetivando o atendimento da demanda.

Neste contexto, a competência do Município para organizar o seu quadro de pessoal é ampla, devendo o seu exercício observar os princípios estabelecidos na Constituição Federal, as disposições da Lei Orgânica do Município e na legislação infraconstitucional.

Com a edição da Lei Complementar n.º 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), necessário se faz a observância de diversos mandamentos e limites, a saber:

- a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder à 60% da receita corrente líquida para os Municípios, estando fixado para o Poder Executivo o percentual de 54%; (art. 19 e 20);
- o aumento de gastos com pessoal, demanda o completo atendimento ao art. 21 da L.R.F., sob pena de nulidade: I) estimativa do impacto orçamentário-financeiro da despesa de pessoal aumentada; II) declaração do ordenador da despesa atestando a compatibilidade do novo gasto de pessoal com os três planos orçamentários do Município.

Do levantamento realizado apurou-se que:

- a Receita Corrente Líquida da Prefeitura Municipal de Rifaina, no exercício econômico financeiro de 2012, correspondeu a R\$ 20.836.842,52.
- de outro lado, o Executivo Municipal, neste mesmo exercício (2012), realizou despesas com pessoal no valor total de R\$ 6.221.067,59.
- tem-se assim, que o percentual das despesas com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida do Executivo Municipal, no exercício de 2009, correspondeu à:

Totalizando um percentual de gastos com pessoal de = 29,86%.

- portanto, estando o total de despesa com pessoal no exercício anterior (2012) abaixo do limite legal definido na legislação fiscal para o Poder Executivo (54,00%);

Estabelece ainda, o limite prudencial previsto no parágrafo único do art. 22 da L.R.F., não podendo a despesa com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite legal (54,00%).

Outrossim, atendidos os limites legais acima mencionados, o aumento da despesa de pessoal, requer ainda, o cumprimento das exigências dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar n.º 101/00, e o disposto no Inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal:

- estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, destinado a apurar o custo da iniciativa para o exercício corrente e para os dois subsequentes (2013, 2014 e 2015), ponderando em termos da receita orçamentária e das disponibilidades financeiras.

- declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, neste caso, o ordenador da despesa, deverá firmar declaração, atestando que o aumento de despesa tem no orçamento corrente, dotação específica e suficiente, e mais, que contará com suporte de caixa, com numerário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71

fls. 56

Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro no exercício de 2013

Superavit Financeiro 2012.....	R\$ 435.687,80
(+) Receita esperada em 2013.....	R\$ 21.450.000,00
(-) Disponibilidade financeira em 2013.....	R\$ 21.885.687,80
Total de Despesas com Pessoal Previsto p/2013	R\$ 7.727.000,00

*Previsão de aumento nas despesas com pessoal para o exercício de 2013, com a criação de uma (01) Função Gratificada de Controle Interno R\$ 6.000,00

Estimativa do Impacto Orçamentário.....	0,02797%
Estimativa do Impacto Financeiro	0,02741%

Percentual das despesas com pessoal em relação à projeção da Receita Corrente Líquida, para o exercício de 2013

R.C.L. prevista para o exercício de 2013: R\$ 21.880.000,00
Estimativa do Gasto de Pessoal para 2013: R\$ 7.727.000,00

Percentual Gastos com pessoal = 35,31%

Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro no exercício de 2014

(+) Receita esperada em 2014.....	R\$ 22.525.000,00
(-) Disponibilidade financeira em 2014.....	R\$ 22.525.000,00
Total de Despesas com Pessoal Previsto p/2014	R\$ 8.100.000,00

*Previsão de aumento nas despesas com pessoal para o exercício de 2014, com a criação de uma (01) Função Gratificada de Controle Interno R\$ 6.300,00

Estimativa do Impacto Orçamentário.....	0,02798%
Estimativa do Impacto Financeiro	0,02798%

Percentual das despesas com pessoal em relação à projeção da Receita Corrente Líquida, para o exercício de 2014

R.C.L. prevista para o exercício de 2014: R\$ 22.980.000,00
Estimativa do Gasto de Pessoal para 2014: R\$ 8.100.000,00

Percentual Gastos com pessoal = 35,24%



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71

fls. 57

Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro no exercício de 2015

(+) Receita esperada em 2015.....	R\$ 23.650.000,00
-----------------------------------	-------------------

(=) Disponibilidade financeira em 2015.....	R\$ 23.650.000,00
---	-------------------

Total de Despesas com Pessoal Previsto p/2015	R\$ 8.500,000,00
--	-------------------------

*Previsão de aumento nas despesas com pessoal para o exercício de 2015, com a criação de de uma (01) Função Gratificada de Controle Interno R\$ 6.615,00

Estimativa do Impacto Orcamentário..... 0,02797%

Estimativa do Impacto Organizacional	0,02797%
Estimativa do Impacto Financeiro	0,02797%

Percentual das despesas com pessoal em relação à projeção da Receita Corrente Líquida, para o exercício de 2015

R.C.L. prevista para o exercício de 2015: R\$ 24.130.000,00

Estimativa do Gasto de Pessoal para 2015: R\$ 8.500.000,00

Percentual Gastos com pessoal = 35.25%

Rifaina-SP, ~~13~~ de março de 2013.

Antonio Carlos Gonçalves
Ass. Contabil



CÂMARA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER DAS COMISSÕES DE:
CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO
ORÇAMENTO FINANÇAS E CONTABILIDADE
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
SAUDE EDUCAÇÃO CULTURA LAZER E TURISMO
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Nós Membros das Comissões acima mencionadas, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº03/2013 que: "Dispõe sobre a criação do sistema de controle interno do âmbito do poder executivo municipal de Rifaina, Estado de São Paulo, e dá outras providências".

CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

MAILSON NAZARETH DE SOUSA _____

RENATA SALOMÃO VIEIRA _____

SEBASTIÃO SOARES DE FREITAS _____

ORÇAMENTO FINANÇAS E CONTABILIDADE

EDIVALDO BATISTA FERREIRA _____

JULIMAR DE PAULA VIEIRA _____

RENATA SALOMÃO VIEIRA _____

OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

EDSON DA SILVA _____

FERRANDO AUGUSTO MORENGHI RODRIGUES _____

MARCOS GOMES PEREIRA _____

SAUDE EDUCAÇÃO CULTURA LAZER E TURISMO

MAILSON NAZARETH DE SOUSA _____

EDSON DA SILVA _____

FERNANDO AUGUSTO MORENGHI RODRIGUES _____

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

EDIVALDO BATISTA FERREIRA _____

EDSON DA SILVA _____

RENATA SALOMÃO VIEIRA _____

Rua Barão de Rifaina, 241 - Centro - CEP 14.490-000 Rifaina SP
 www.camaxarifaina.sp.gov.br (16)3135-1311

APROVADO
 5/23/13

Carlos Antônio Bernini

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: WASHINGTON FERNANDO KARANI. Sistema e-TCES. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original. Para conferir o original acesse http://e-processo.ice.sp.gov.br - link Validar documento digital e informe o código do documento: 5-166V-FU3G-80HW-3NCO0jrio op eioj q é tquenuumop eise



CÂMARA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2013. Aos quinze dias do mês de Março do ano de 2013, na sala destinada aos trabalhos do Legislativo, às dezenove horas, sob a Presidência do Vereador Carlos Antônio Peracini e secretariado pelo vereador Edson da Silva teve início esta Sessão. Feita a chamada constatou-se a presença dos seguintes vereadores: Carlos Antônio Peracini, Edson da Silva, Edivaldo Batista Ferreira, Fernando Augusto Morenghi Rodrigues, Julimar de Paula Vieira, Mailson Nazareth de Souza, Marcos Gomes Pereira e Sebastião Soares de Freitas e ausência da vereadora Renata Salomão Vieira. Constatando o número legal de vereadores o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. O vereador Edson da Silva fez leitura de um versículo da Bíblia. Em seguida o Sr. Presidente pediu a todos para fazer a oração do Pai nosso e fez-se um minuto de silêncio em memória de Dona Selma Dicerro Cardozo. O Sr. Presidente perguntou ao vereador Fernando Augusto Morenghi Rodrigues, se havia um parecer sobre o projeto de Lei do Executivo nº 14/2013, que foi pedido vista na ultima reunião. O vereador Fernando Augusto Morenghi Rodrigues, disse que é de parecer favorável e que coloque o projeto em discussão e votação. Em seguida o Senhor Secretário realizou a leitura da matéria em pauta. Lemos o **Projeto de lei Complementar nº 03/2013 de 13 de Março de 2013 do Executivo** que: "Dispõe sobre a criação do sistema de controle interno do âmbito do poder executivo municipal de Rifaina, Estado de São Paulo, e dá outras providências.". Logo após o referido projeto foi encaminhado para as comissões competentes. Lemos o **Projeto de lei nº 17/2013 de 15 de Março de 2013 do Executivo** que: "Dispõe sobre a transformação e inclusão de área que especifica localizada na zona rural do município, em zona de expansão urbana". Logo após o referido projeto foi encaminhado para as comissões competentes. Lemos o **Projeto de Lei nº 18/2013 de 06 de Março de 2013 do Executivo** que: "Autoriza o Executivo Municipal a conceder premiações aos vencedores dos eventos inclusos no Calendário Esportivo do Município de Rifaina conforme especifica e dá outras providências". Logo após o referido projeto foi encaminhado para as comissões competentes. Lemos o **Projeto de Lei nº 19/2013 de 13 de Março de 2013 do Executivo** que: "Dispõe

Rua Barão de Rifaina, 241 - Centro - CEP 14.490-000 Rifaina SP 1
www.camararifaina.sp.gov.br (16) 3135-1311



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71

LEI COMPLEMENTAR N. 03/13 DE 15 DE MARÇO DE 2013

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO AMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE RIFAINA, ESTADO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ABRÃO BISCO FILHO, Prefeito Municipal de Rifaina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal Aprovou e ele Sanciona e Promulga a Presente Lei Complementar:

Título I

Das Disposições Preliminares

Artigo 1º – Fica organizada a fiscalização no Município de Rifaina, Estado de São Paulo, sob a forma de controle interno, que abrange a Administração Direta e a Administração Indireta do Poder Executivo, nos termos do que dispõe o artigo 31 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar 101/00 e artigo 54 da Lei Orgânica do Município.

Título II

Das Conceituações

Artigo 2º – O controle interno do Município compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados pela administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas prescritas, verificar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento da lei.

Artigo 3º – Entende-se por Sistema de Controle Interno o conjunto de atividades de controle exercidas no âmbito do Poder Executivo Municipal, incluindo as Administrações Direta e Indireta, de forma integrada, compreendendo particularmente:

I – o controle exercido diretamente pelos diversos níveis de chefia objetivando o cumprimento dos programas, metas e orçamentos e a observância à legislação e às normas que orientam a atividade específica da unidade controlada;

II – o controle, pelas diversas unidades da estrutura organizacional, da observância à legislação e às normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares;

III – o controle do uso e guarda dos bens pertencentes ao Município, efetuados pelos órgãos próprios;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.993/0001-71

IV – o controle orçamentário e financeiro das receitas e despesas, efetuado pelos órgãos dos Sistemas de Planejamento e Orçamento e de Contabilidade e Finanças;

V – o controle exercido pela Unidade de Controle Interno destinado a avaliar a eficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno da administração e assegurar a observância dos dispositivos constitucionais e dos relativos aos incisos I a VI, do artigo 59, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único – Os Poderes e Órgãos referidos no caput deste artigo deverão se submeter às disposições desta lei e às normas de padronização de procedimentos e rotinas expedidas no âmbito de cada Órgão, incluindo as respectivas administrações Direta e Indireta, se for o caso.

Título III

Das Atribuições da Unidade de Controle Interno

Artigo 4º - O Sistema de Controle Interno do Município, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, além das finalidades previstas nos incisos I a IV do artigo 54 da Lei Orgânica do Município, visa a avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores municipais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, e, em especial, têm as seguintes atribuições:

I – avaliar o cumprimento das metas fiscais e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados, inclusive quanto a ações descentralizadas executadas à conta de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e de Investimentos;

II – comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

III – comprovar a legalidade dos repasses a entidades do terceiro setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados;

IV – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

V – apoiar o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no exercício de sua missão institucional, supervisionando e auxiliando as unidades executoras no relacionamento com o TCE, quanto ao encaminhamento de documentos e informações, atendimento às equipes técnicas, recebimento de diligências, elaboração de respostas, tramitação dos processos e apresentação dos recursos;

VI – assinar o Relatório de Gestão Fiscal em conjunto com a Administração Financeira do Município;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71

VII – atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesas, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados;

VIII – assessorar a administração nos aspectos relacionados com os controles interno e externo e quanto à legalidade dos atos de gestão, emitindo relatórios e pareceres sobre os mesmos;

IV – interpretar e pronunciar-se sobre a legislação concernente à execução orçamentária, financeira e patrimonial;

VI – avaliar o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhadas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento, inclusive quanto a ações descentralizadas executadas à conta de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e de Investimentos;

VII – exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais, da Lei de Responsabilidade Fiscal e os estabelecidos nos demais instrumentos legais;

VIII – estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional nos correspondentes Poderes e Órgãos, incluindo suas administrações Direta e Indireta, da Prefeitura Municipal, bem como, na aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

IX – aferir a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei de Responsabilidade Fiscal;

X – acompanhar a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial quanto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ao Relatório de Gestão Fiscal, aferindo a consistência das informações constantes de tais documentos;

XI – participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária;

XII – manifestar-se, quando solicitado pela administração, acerca da regularidade e legalidade de processos licitatórios, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;

XIII – propor a melhoria ou implantação de sistemas de processamento eletrônico de dados em todas as atividades da administração pública, com o objetivo de aprimorar os controles internos, agilizar as rotinas e melhorar o nível das informações;

XIV – instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71

XV – alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure imediatamente, sob pena de responsabilidade solidária, as ações destinadas a apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que resultem em prejuízo ao erário, praticados por agentes públicos, ou quando não forem prestadas as contas ou, ainda, quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

XVI – revisar e emitir parecer sobre os processos de Tomadas de Contas Especiais instauradas pelos correspondentes Poderes e Órgãos, incluindo a suas administrações Direta e Indireta, pela Prefeitura Municipal, inclusive sobre as determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado;

XVII – representar ao TCE-SP, sob pena de responsabilidade solidária, sobre as irregularidades e ilegalidades que evidenciem danos ou prejuízos ao erário não-reparados integralmente pelas medidas adotadas pela administração;

XVIII – emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pela administração.

Título IV

Das Responsabilidades de todas as Unidades Executoras do Sistema de Controle Interno

Artigo 5º – As diversas unidades componentes da estrutura organizacional do Poder ou Órgão indicado no caput do artigo 3º, incluindo as administrações Direta e Indireta, no que tange ao controle interno, têm as seguintes responsabilidades:

I – exercer os controles estabelecidos nos diversos sistemas administrativos afetos à sua área de atuação, no que tange a atividades específicas ou auxiliares, objetivando a observância à legislação, a salvaguarda do patrimônio e a busca da eficiência operacional;

II – exercer o controle, em seu nível de competência, sobre o cumprimento dos objetivos e metas definidas nos Programas constantes do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Orçamento Anual e no cronograma de execução mensal de desembolso;

III – exercer o controle sobre o uso e guarda de bens pertencentes ao Poder ou Órgão indicado no caput do artigo 3º, incluindo suas administrações Direta e Indireta, colocados à disposição de qualquer pessoa física ou entidade que os utilize no exercício de suas funções;

IV – avaliar, sob o aspecto da legalidade, a execução dos contratos, convênios e instrumentos congêneres, afetos ao respectivo sistema administrativo, em que o Poder ou Órgão indicado no caput do artigo 3º.

V – comunicar à Unidade de Controle Interno do respectivo Poder ou Órgão indicado no caput do artigo 3º, qualquer irregularidade ou ilegalidade de que tenha conhecimento, sob pena de responsabilidade solidária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA
ESTADO DE SÃO PAULO

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71

Capítulo II

DO PROVIMENTO DOS CARGOS

Artigo 6º – As funções de Controlador Interno deverá ser obrigatoriamente preenchida por servidor efetivo que preencha as qualificações para o exercício, o qual responderá como titular da correspondente Unidade de Controle Interno.

Parágrafo único - O nomeado deverá possuir nível de escolaridade superior e demonstrar conhecimento sobre matéria orçamentária, financeira e contábil, e respectiva legislação vigente, além de dominar os conceitos relacionados ao controle interno e à atividade de auditoria.

Artigo 7º –. Fica criada uma Função Gratificada no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao servidor nomeado para o exercício de Controlador interno.

Capítulo III

DAS NOMEACÕES

Artigo 8º – É vedada a indicação e nomeação para o exercício de função ou cargo relacionado com o Sistema de Controle Interno, de pessoas que tenham sido, nos últimos 5 (cinco) anos:

- I - responsabilizadas por atos julgados irregulares, de forma definitiva, pelos Tribunais de Contas;
- II - punidas, por decisão da qual não caiba recurso na esfera administrativa, em processo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público, em qualquer esfera de governo;
- III - condenadas em processo por prática de crime contra a Administração Pública, capitulado nos Títulos II e XI da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, na Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, ou por ato de improbidade administrativa previsto na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

Capitule IV

DAS VEDAÇÕES E GARANTIAS

Artigo 9º – Além dos impedimentos capitulados no artigo anterior, é vedado aos servidores com função nas atividades de Controle Interno exercer:

- I - atividade político-partidária;
- II - patrocinar causa contra a Administração Pública Municipal.

'PROCURAÇÃO AD JUDICIA "ET EXTRA"'

Por este instrumento particular **CÂMARA MUNICIPAL DE RIFAINA**, inscrita no CNPJ sob o nº 50.486.786/0001-77, com sede administrativa na Rua Barão de RIFAINA, Nº 241, CENTRO, NESTE ATO REPRESENTADO pelo seu **Presidente EDIVALDO BATISTA FERREIRA**, brasileiro, casado, funcionário público e vereador, portador do RG n.º 19.216.359-0 SSP/SP e do CPF n.º 143.127.308-22, residente e domiciliado na cidade de Rifaina/SP, Rua Cel. Pereira Cassiano, 360, Centro, CEP 14.490-000, nomeia e constitui seu bastante procurador, **MATHEUS GOBETTI F. SILVA**, brasileiro, casado, Advogado inscrito na OAB/SP 329.919, portador do RG: 44.781.542-8 SSP/SP e do CPF nº 382.153.528-80, com Escritório Profissional na Rua Nove de Julho, 318-A, Centro, na cidade de Rifaina/SP, CEP: 14.490-000, conferindo-lhe o poder para o foro em geral, podendo atuar em juízo em qualquer litígio judicial ou extra, *em especial* em **PROCESSO SEI Nº 29.0001.0250081.2022-76** em qualquer instancia e Tribunal, para requerer as medidas que se tornarem necessárias, preparatórias, preventivas ou incidentes, desistir, transigir, receber quantias, dar e aceitar quitação, em especial receber alvarás, agravar, apelar, protestar e levantar protestos, firmar compromissos, fazer composições amigáveis e requerer o que preciso for para o fiel desempenho das obrigações decorrentes deste mandato, receber intimações, praticar todos os atos perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, fundações e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, promovendo quaisquer medidas judiciais necessárias a garantia dos Direitos interesses do outorgante, propondo assim as ações que julgar convenientes, defende-lo nas que por ventura contra ele sejam propostas, para que confere os poderes da clausula *ad judicia "et extra"*, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reserva de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Rifaina/SP, 13 de dezembro de 2022.



CÂMARA MUNICIPAL DE RIF
CNPJ nº 50.486.786/0001-77
EDIVALDO BATISTA FERREIRA
CPF n.º 143.127.308-2

GOBETTI
ADVOCACIA

Matheus Gobetti F. Silva
(16) 99183.0981 / 98216.3943
Rua Nove de Julho, 318-A - Centro

RESPOSTA PROCESSO SEI N 29.0001.0250081.2022-76

juridico@rifaina.sp.gov.br <juridico@rifaina.sp.gov.br>

Ter, 13/12/2022 15:50

Para: Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica <subjuridica@mpsp.mp.br>

Você não costuma receber emails de juridico@rifaina.sp.gov.br. [Saiba por que isso é importante](#)

Segue ofício referente ao processo SEI nº 29.0001.0250081.2022-76

Att.

Procuradoria do Município de Rifaina



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71

fls. 72

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR SUBPROCURADOR GERAL
DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO SEI Nº 29.0001.0250081.2022-76

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA, inscrita no CNPJ nº 45.318.995/0001-71, com sede na Rua Barão de Rifaina nº 251, Centro, CEP 14490-000 Rifaina SP, por seu Prefeito Municipal – Sr. Hugo Cesar Lourenço, nos autos do processo supra epigrafado, vem mui respeitosamente a presença de V.Exa., manifestar-se sobre a constitucionalidade do ato normativo indicado do Município de Rifaina que instituiu o Sistema de Controle Interno no âmbito do Executivo Municipal, consoante segue em apartado:

A Lei Complementar nº 03 de 15 de março de 2013 do Município de Rifaina, nos termos do disposto no art. 31 da Constituição Federal e artigo 59 da LC 101, promoveu a criação do Sistema de Controle Interno no âmbito do Poder Executivo Municipal, dispondo o seu artigo 6º., que:

*Artigo 6º – As funções de Controlador Interno deverá ser **obrigatoriamente preenchida por servidor efetivo** que preencha as qualificações para o exercício, o qual responderá como titular da correspondente Unidade de Controle Interno (gn)*

Rua Barão de Rifaina nº 251 – CEP 14.490-000 – CENTRO - Rifaina-SP – Tel/Fax (16) 31359500
www.rifaina.sp.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71

Parágrafo único - O nomeado deverá possuir nível de escolaridade superior e demonstrar conhecimento sobre matéria orçamentária, financeira e contábil, e respectiva legislação vigente, além de dominar os conceitos relacionados ao controle interno e à atividade de auditoria.

Artigo 7º – *Fica criada uma Função Gratificada no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao servidor nomeado para o exercício de Controlador interno.*

O ato normativo foi editado em atendimento a legislação de regência e de acordo com orientações do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, vejamos:

“Nas pequenas entidades, de pouca movimentação financeira, para elas um único servidor pode responder pelo Controle Interno, e, sob certas condições, não há necessidade de nova contratação para tais; bastaria específica gratificação para o servidor designado mediante previsão legal, conforme as possibilidades financeiras da entidade, ou a possibilidade de o servidor ou a estrutura administrativa responder por todos os poderes e órgãos que compõem o ente governamental. De seu turno, entidades cujo volume de atividades de controle interno comportem dedicação exclusiva, o cargo de controlador interno poderia ser criado por lei específica e ser provido mediante específico concurso público. Para tanto, é necessário mensurar a quantidade ideal da estrutura do órgão de controle interno em razão das atividades que serão desenvolvidas por este setor, podendo ser conferido o status de Secretaria, Departamento, Divisões ou Seções (g.n.) Manual “Controle Interno”, última edição atualizada pág. 34 – disponível em <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes/controle%20interno%202020.pdf>

Por oportuno, cumpre informar que o Município de Rifaina, possui uma população estimada de 3.629 (três mil seiscientos e vinte e nove habitantes), ou seja, possui uma estrutura administrativa estritamente reduzida, harmonizando assim a sua legislação supracitada e possui uma unidade de controle interno estruturada e que atende aos interesses locais.



CNPJ 45.318.995/0001-71

No tocante aos interesses locais, importante frisar que algumas decisões sustentam que os Municípios devem observar o modelo de organização para os órgãos de controle interno, conforme estabelecido na Constituição Federal e Constituição do Estado de São Paulo, razão pela qual alega a inconstitucionalidade do ato normativo.

Esse entendimento não merece prosperar, eis que não há previsão na Constituição Estadual bem como na Constituição Federal, diretriz que estabeleça o modelo estrutural de controle interno, de observância obrigatória para Estados e Municípios.

As regras fixadas na Constituição Estadual em seu art. 35 e Constituição Federal, em seu art. 74 indicam a necessidade de manter o controle interno e quais as finalidades que devem ser alcançadas, sem, entretanto, prever modelo prefixado para o seu funcionamento, ou seja, o Município possui a discricionariedade para estruturar o sistema de controle interno municipal de acordo com a sua realidade local e limitações financeiras do ente.

Assim é que no caso inexistente qualquer inconstitucionalidade sob o aspecto formal e material.

Q



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71

fls. 75

Cumpre por fim destacar que a figura no Agente de Controle Interno, que possui as funções relacionadas à atividade típica de controlador interno, ou seja, o exercício das atividades conforme disposto nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, no âmbito local é executada por servidor do quadro efetivo da Prefeitura Municipal.

Atenta ao princípio da razoabilidade exigir que pequenos municípios – os quais muitas vezes contam com orçamentos inferiores ao de entidades da Administração Indireta Federal e Estadual e com reduzidos quadros de pessoal – instituem órgãos de coordenação e gestão de controle interno, bem como carreira específica para o exercício da função de controle interno.

Tem-se assim, que o Sistema de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Rifaina, da forma como está estruturado alcança os objetivos previstos nas Cartas Magnas, tanto que por ocasião da fiscalização ref. aos últimos exercícios, o TCESP constatou a regularidade quanto as atividades desempenhadas pelo Sistema de Controle Interno Municipal.

Utilizando-se ainda da definição de Controle Interno extraída do Manual do Tribunal de Contas citado acima, *“A unidade (central) de controle interno da organização é parte da gestão do sistema ou da estrutura de controle interno da própria entidade. Seu papel é assessorar os gestores, auxiliando-os na identificação de riscos e propondo estratégias para mitigá-los”*, ou seja, a unidade de Controle Interno de forma diversa do agente propriamente dito tem por objetivo estabelecer o funcionamento de maneira centralizada e organizada das atividades de controladoria.



CNPJ 45.318.995/0001-71

Sendo o que tinha para o momento, certos de termos esclarecido e atendido todas as solicitações, renovamos os protestos da mais alta estima e consideração.

Rifaina, 13 de dezembro de 2022.


Hugo Cesar Lourenço
Prefeito Municipal

Rua Barão de Rifaina nº 251 – CEP 14.490-000 – CENTRO - Rifaina-SP – Tel/Fax (16) 31359500
www.rifaina.sp.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE SÃO PAULO**

PROCESSO Nº 2146985-98.2023.8.26.0000

CÂMARA MUNICIPAL DE RIFAINA, inscrita no CNPJ sob o nº 50.486.786/0001-77, com sede administrativa na Rua Barão de RIFAINA, Nº 241, CENTRO, NESTE ATO REPRESENTADO pelo seu **PRESIDENTE SEBASTIÃO SOARES DE FREITAS**, brasileiro, casado, funcionário público e vereador, portador do RG n.º 11.636.941 SSP/SP e do CPF n.º 982.677.368-91, residente e domiciliado na cidade de Rifaina/SP, Rua Marechal Deodoro, 172, Centro, CEP 14.490-000, por seu Procurador infra firmado (procuração anexo), vem mui respeitosamente perante Vossa Exma., conforme despacho de fls. dos autos supramencionado da **ADIN**, prestar informações e esclarecimentos, a fim de se instruir referido processo, conforme segue:

DOS ESCLARECIMENTOS QUANTO A TRAMITAÇÃO E APROVAÇÃO DO PROJETO de LEI COMPLEMENTAR (LEIS COMPLEMENTARES 03/2013 E 08/2013)

De inicio cumpre informar que projeto de lei que resultou no ato atacado tramitou regularmente nesta Casa de Leis, sendo que a minuta apresentava as respectivas atribuições compatíveis com assuntos afetos à assessoramento, chefia e direção, em seus artigos 6º e 7º, in verbis:

Artigo 6º – As funções de Controlador Interno deverá ser obrigatoriamente preenchida por servidor efetivo que preencha as qualificações para o exercício, o qual responderá como titular da correspondente Unidade de Controle Interno.

Parágrafo único - O nomeado deverá possuir nível de escolaridade superior e demonstrar conhecimento sobre matéria orçamentária, financeira e



CÂMARA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

contábil, e respectiva legislação vigente, além de dominar os conceitos relacionados ao controle interno e à atividade de auditoria.

Artigo 7º –. Fica criada uma Função Gratificada no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao servidor nomeado para o exercício de Controlador interno.

Atividades como propor diretrizes para formalização da política de controle interno, aprimoramento do sistema, disseminação das informações técnicas e legislativas ao demais setores da Administração Pública, são alguns exemplos das atividades de direção e assessoramento esperadas pelos ocupantes dos referidos cargos.

Ademais, o ato normativo sob análise reestruturou o Sistema de Controle Interno do Município com embasamento nas orientações do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, vejamos:

Nas pequenas entidades, de pouca movimentação financeira, para elas um único servidor pode responder pelo Controle Interno, e, sob certas condições, não há necessidade de nova contratação para tais; bastaria específica gratificação para o servidor designado mediante previsão legal, conforme as possibilidades financeiras da entidade, ou a possibilidade de o servidor ou a estrutura administrativa responder por todos os poderes e órgãos que compõem o ente governamental. De seu turno, entidades cujo volume de atividades de controle interno comportem dedicação exclusiva, o cargo de controlador interno poderia ser criado por lei específica e ser provido mediante específico concurso público. Para tanto, é necessário mensurar a quantidade ideal da estrutura do órgão de controle interno em razão das atividades que serão desenvolvidas por este setor, podendo ser conferido o status de Secretaria, Departamento, Divisões ou Seções (g.n.) Manual “Controle Interno”, última edição atualizada pág. 34 – disponível em <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes/controle%20interno%202020.pdf>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Por oportuno, cumpre informar que o Município de Rifaina, possui uma população estimada de 3.629 (três mil seiscentos e vinte e nove habitantes), ou seja, possui uma estrutura administrativa estritamente reduzida, harmonizando assim a sua legislação supracitada e possui uma unidade de controle interno estruturada e que atende aos interesses locais.

Esclarece ainda que referida Lei Complementar é clara ao exigir servidor de carreira para ocupar referida função, inclusive com grau superior de escolaridade. Isso por si só demonstra a lisura do ato normativo bem como a nobre intenção do Legislador em cumprir o que diz a Carta Magna.

No tocante aos interesses locais, importante frisar que algumas decisões sustentam que os Municípios devem observar o modelo de organização para os órgãos de controle interno, conforme estabelecido na Constituição Federal e Constituição do Estado de São Paulo, razão pela qual alega a inconstitucionalidade do ato normativo.

Entretanto, tal entendimento não merece prosperar, eis que não há previsão na Constituição Estadual bem como na Constituição Federal, diretriz que estabeleça o modelo estrutural de controle interno, de observância obrigatória para Estados e Municípios.

As regras fixadas na Constituição Estadual em seu art. 35 e Constituição Federal, em seu art. 74 indicam a necessidade de manter o controle interno e quais as finalidades que devem ser alcançadas, sem, entretanto, prever modelo prefixado para o seu funcionamento, ou seja, o Município possui a discricionariedade para estruturar o sistema de controle interno municipal de acordo com a sua realidade local e limitações financeiras do ente.

No âmbito local, utilizando-se da competência constitucional conferida através do disposto no art. 61, II 'a' e 'b' da CF, a Chefe do Poder Executivo encaminhou ao Poder Legislativo a citada norma, criando assim o Departamento de Controle e Gestão.



CÂMARA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Assim no caso inexistente qualquer inconstitucionalidade sob o aspecto formal.

Superada esta fase, cumpre destacar que a figura do Agente de Controle Interno, que possui as funções relacionadas à atividade típica de controlador interno, ou seja, o exercício das atividades conforme disposto nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, no âmbito local é executada por servidor do quadro efetivo da Prefeitura Municipal.

Com toda *venia*, em nosso entendimento, parece ser contrário ao princípio da razoabilidade exigir que pequenos municípios – os quais muitas vezes contam com orçamentos inferiores ao de entidades da Administração Indireta Federal e Estadual e com reduzidos quadros de pessoal – instituem órgãos de coordenação e gestão de controle interno, bem como carreira específica para o exercício da função de controle interno.

É oportuno ressaltar que o Sistema de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Rifaina, da forma como está estruturado alcança os objetivos previstos nas Cartas Magnas, tanto que por ocasião da fiscalização ref. aos últimos exercícios, o TCESP constatou a regularidade quanto as atividades desempenhadas pelo Sistema de Controle Interno Municipal.

Utilizando-se ainda da definição de Controle Interno extraída do Manual do Tribunal de Contas citado acima, **“A unidade (central) de controle interno da organização é parte da gestão do sistema ou da estrutura de controle interno da própria entidade. Seu papel é assessorar os gestores, auxiliando-os na identificação de riscos e propondo estratégias para mitigá-los”**, ou seja, a unidade de Controle Interno de forma diversa do agente propriamente dito tem por objetivo estabelecer o funcionamento de maneira centralizada e organizada das atividades de controladoria.

Portanto, não verifica-se qualquer incompatibilidade entre os dispositivos questionados e o ordenamento jurídico, eis que a organização do controle interno atende aos interesses locais e a realidade fática do Município.



CÂMARA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

Ex Positis, Requer:

Que seja recebida a presente *Peça de Informações*, bem como que seja a Presente ação Julgada Totalmente Improcedente para que ao final seja Declarada a Constitucionalidade dos arts. 6º, 7º, 8º, 9º e 11º da Lei Complementar nº 03, de 15 de março de 2013, da Lei Complementar nº 08, de 13 de dezembro de 2013 do Município de Rifaina

São essas, Excelentíssimo Senhor Desembargador Relator, as considerações tidas por oportunas, cuja juntada aos autos ora se requer.

Informa ainda não haver óbice pelo julgamento virtual do feito.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Rifaina, 12 de julho de 2023.

MATHEUS GOBETT F. SILVA
OAB/SP 329.919
ASSESSOR JURÍDICO
CÂMARA MUNICIPAL DE RIFAINA

SEBASTIÃO SOARES DE FREITAS
PRESIDENTE



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL
Assessoria Técnico-Legislativa

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR RELATOR LUÍS FERNANDO NISHI, DO C. ÓRGÃO ESPECIAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE nº 2146985-98.2023.8.26.0000

A **PROCURADORA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**, nos autos da ação direta de inconstitucionalidade em referência, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, nos termos do artigo 90, § 2º, da Constituição do Estado, e dos artigos 229 a 231 do Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça, manifestar-se nos termos a seguir aduzidos.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL
Assessoria Técnico-Legislativa

I. SÍNTESE DA DEMANDA

1. Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo **PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA** em face dos artigos 6º, 8º, 9º e 11 da Lei Complementar nº 3, de 15 de março de 2013, da Lei Complementar nº 8, de 13 de dezembro de 2013 e, por arrastamento, do artigo 7º da Lei Complementar nº 3, de 15 de março de 2013, em sua redação originária, todas do Município de Rifaina, as quais dispõem sobre o sistema de controle interno municipal.

2. O requerente defende, como uma das teses de sua petição inicial, que os dispositivos normativos impugnados estariam em contrariedade aos artigos 35 e 144 da Constituição do Estado e ao artigo 74 da Constituição da República, uma vez que o modelo constitucional do sistema de controle interno do Poder Executivo exigiria:

- a. o exercício da direção ou chefia do órgão de central de controle interno por servidor público efetivo, ocupante de cargo em comissão, necessariamente escolhido entre os servidores titulares de posto de provimento efetivo do referido órgão, ao argumento de que o conhecimento da máquina administrativa se faz indispensável para o regular desempenho das atribuições do cargo;
- b. a criação de postos de provimento efetivo para desempenho das atribuições de controle interno, com a consequente inconstitucionalidade da instituição de funções em confiança ou cargos de provimento em comissão com atribuições de controle interno, à vista do caráter profissional e técnico das funções.

3. A seu ver, a Constituição Federal e a Constituição do Estado de São Paulo preveem modelo de organização para os órgãos de controle interno, o qual deve ser observado pelos municípios, em respeito ao artigo 144, da Constituição Estadual.

4. Recebida a peça vestibular, esse I. Relator determinou a citação da Procuradora Geral do Estado, nos termos do que dispõe o artigo 90, § 2º, da Constituição Estadual, para a defesa, no que couber, do ato atacado.

5. Eis a síntese do processado até o momento.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL

Assessoria Técnico-Legislativa

d) as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir.

12. O teor da tese acima transcrita, contudo, **não permite a extensão de seus termos às funções de confiança, já que tais funções, como se sabe, são preenchidas mediante a designação de servidores efetivos**, que recebem, em acréscimo às atribuições dos postos de trabalho permanentes ocupados, responsabilidades adicionais de direção, chefia ou assessoramento. Tampouco às chamadas **funções gratificadas**, em que servidores titulares de cargo efetivo percebem gratificação por desempenho de atribuições compatíveis com o cargo que ocupam, porém de caráter especial, extraordinária ou adicional.

13. Sob tal aspecto, no que tange aos servidores ocupantes de funções de confiança e funções gratificadas, a justificada preocupação que motivou o julgamento do Tema n.º 1.010 já se vê atendida no caso dos autos, pelo fato de terem sido nomeados mediante prévia aprovação em concurso público, que prestigiou a impessoalidade, a publicidade, a moralidade e a meritocracia quando de seu ingresso nos quadros de pessoal da Administração Pública.

14. Por conseguinte, **a criação de função de confiança ou gratificada para atuação em setor de controle interno não deve ser tida, por si só, como inconstitucional**. Para a adequada avaliação desse ponto, há necessidade de verificar, em cada caso concreto, se a atuação no referido setor compreende a adição, às atribuições técnicas do cargo de provimento efetivo ocupado, as competências de direção, chefia ou assessoramento aludidas pelo inciso V do artigo 37 da Lei Maior ou atribuições de natureza especial, extraordinária ou adicional. Em caso afirmativo, não haverá inconstitucionalidade a ser declarada.

15. Com a devida vênia, a exegese restritiva que o Ministério Público faz a propósito da autonomia municipal decorre de uma interpretação peculiar dos dispositivos constitucionais invocados, onde se parte do pressuposto de que o **princípio republicano** que sustenta o Estado de Direito é superior ao **princípio democrático** – que o qualifica como Estado Democrático de Direito.

16. Deslegitima-se assim a escolha discricionária do gestor público em nomear, para função de confiança, servidor de carreira que lhe pareça mais capacitado para comandar o órgão responsável pelo controle interno municipal ou para atuar em função gratificada de controlador interno, como se tal desiderato – promover o controle interno da Administração municipal – fosse necessariamente incompatível com ou contraposto à investidura democrática do Chefe do Poder Executivo.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL

Assessoria Técnico-Legislativa

17. Embora a meritocracia seja um pressuposto necessário da administração moderna, **não se pode recair em um “fetichismo da meritocracia”**, sob pena de deslegitimar-se o processo político e romper o frágil, mas necessário equilíbrio entre política e burocracia, ínsito aos regimes democráticos.¹

18. Conforme já dissemos anteriormente, **não é razoável** exigir que Municípios de pequeno porte, com reduzidos quadros de pessoal instituíam órgãos de coordenação e gestão do controle interno dotados de carreira específica para o exercício da função de controle interno, pois a tanto a Constituição da República e a Constituição de São Paulo não obrigam.

19. Vale lembrar, a propósito, que **este próprio Tribunal de Justiça** – que possui quadro de servidores bem superior ao município em questão – não o faz. Originalmente, assim disciplinava o tema, em sua Portaria nº 7800/2010, de forma bastante similar à legislação municipal examinada:

Art. 4º - A Diretoria de Controle Interno será chefiada por um Diretor de Departamento, cujo cargo é de livre nomeação e exoneração pelo Presidente do Tribunal de Justiça, devendo ser preenchido por servidor efetivo com formação superior, competindo-lhe o planejamento, a supervisão e a orientação geral dos trabalhos.

Parágrafo único. Os demais membros da Diretoria de Controle Interno serão servidores públicos, preferencialmente com formação ao menos nas áreas de contabilidade, administração, direito e engenharia, constituindo uma equipe multidisciplinar.

20. Esclareça-se que tanto a Diretoria de Controle Interno quanto os servidores que realizavam tal tarefa eram **livremente designados pela Presidência do Tribunal**.

¹ ABRAMOVAY, Pedro; LOTTA, Gabriela. A Democracia Equilibrada: políticos e burocratas no Brasil. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2022, p. 146/147. 1. Vale transcrever a reflexão dos autores: “Os problemas estruturantes do Estado brasileiro não serão dirimidos pelo discurso meritocrático nem por jovens bem-intencionados e bem formados que, em seus escritórios, se dedicam a analisar tecnicamente as medidas para acabar com a corrupção e aperfeiçoar o Estado. Para que o Estado cumpra os objetivos previstos na Constituição – construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza; diminuir a desigualdade e promover o bem de todos sem discriminação –, é necessário apostar tanto na técnica como na política. [...] A crença cega na técnica e no mérito costuma encobrir relações de poder, acobertando escolhas políticas que muitas vezes representam a conservação de determinados grupos no poder. Ao encampar o discurso tecnocrático, valorizando a técnica acima de tudo, setores empresariais com interesses definidos, o racismo e o machismo estruturais da sociedade, acabam impondo barreiras ao embate de disputas políticas verdadeiras, e assim afunilam ainda mais a possibilidade de acesso ao poder por parte dos desfavorecidos pelas desigualdades. Em uma república sem democracia, os verdadeiros interesses sempre estarão camuflados.”



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL
Assessoria Técnico-Legislativa

21. A partir da Portaria nº 9.909/2000, a Diretoria de Controle Interno do TJSP passou a se denominar Diretoria de Auditoria Interna. Porém, **o dirigente continua a ser designado de maneira discricionária pelo Presidente do Tribunal**, embora para mandato de dois anos, passível de dupla recondução. Quanto aos auditores, permanecem sendo servidores designados para atuar na referida Diretoria, visto que não há carreira específica nesta Corte.²

22. Reitera-se, portanto, que – **a exemplo do que sucede com a administração desta Egrégia Corte** – não há balizas outras para a organização do controle interno, a não ser os princípios entabulados no artigo 37, que não conduzem obrigatoriamente à criação de carreira específica e tampouco impedem que a designação do dirigente do órgão responsável pelo controle interno seja feita de forma discricionária pela Chefia do respectivo Poder.

23. Por fim, oportuno registrar que a decisão proferida pelo Ministro Alexandre de Moraes no Recurso Extraordinário nº 1.264.676/SC, citada pelo autor em sua peça inicial, analisou legislação municipal específica, deixando de fixar parâmetros gerais a serem adotados pelos entes políticos em relação à estruturação e provimento dos cargos ou postos públicos pertinentes ao sistema de controle interno da Administração Pública. Por essa razão, as conclusões daquela r. decisão judicial monocrática não me parecem aplicáveis ao caso presente.

24. Portanto, observados os parâmetros fixados pelo artigo 31 e os princípios entabulados no artigo 37, ambos da Lei Maior, os municípios poderão exercer livremente sua competência para organizar as respectivas estruturas de controle interno, inclusive no que se refere à opção de criar um órgão para coordenação e gestão do sistema de controle interno de cada Poder e dispor sob a designação de servidores titulares de cargo efetivo para exercer suas atribuições, seja em funções de confiança – quando se tratar de atribuições de direção, chefia e assessoramento – seja em atribuições consideradas especiais, extraordinárias ou adicionais em relação ao cargo que já ocupam.

² Art. 8º. Entende-se por auditor interno o servidor lotado na Diretoria de Auditoria Interna no TJSP que desempenha atividades de auditoria interna.
[...]

Art. 9º. O mandato do dirigente da Diretoria de Auditoria Interna do TJSP é de dois anos, podendo ser reconduzidos por duas vezes, por igual período, mediante Portaria da Presidência.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL
Assessoria Técnico-Legislativa

25. São essas as considerações que trago para subsidiar a formação de convencimento desse e. Órgão Especial, entendendo ser o caso de improcedência do pedido, no que diz respeito à estruturação do controle interno municipal, dada a compatibilidade dos atos normativos impugnados, no aspecto abordado, com a ordem constitucional.

São Paulo, 28 de julho de 2023.

INÊS MARIA DOS SANTOS COIMBRA
PROCURADORA GERAL DO ESTADO
OAB/SP 205.400